



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22-03-2024

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto

20557

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 1 DE 91

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Sob a proteção de Deus, na condição de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, declaro aberto os trabalhos desta audiência pública, convocada para debater o PL 155/2024, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão geral anual e a adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores públicos municipais, na forma que especifica.

Estão presentes os Vereadores: Celso Giannazi, do PSOL; Elaine do Quilombo Periférico, do PSOL; Professor Toninho Vespoli, que não faz parte da Comissão, seja bem-vindo, Vereador Toninho Vespoli; também a Silvia, que faz parte de outra Comissão, mas é professora, seja bem-vinda a esta Comissão. Também está presente o Vereador Hélio Rodrigues.

Quero saudar - já falei Celso Giannazi, já falei Elaine, esta Vereadora que vos fala - também o nosso querido líder do governo Fabio Riva.

Quero agradecer a presença do nosso querido Secretário Fernando Padula, parabenizando pelo grande trabalho que tem feito à frente da educação.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Também quero registrar a presença do Vereador Adriano e também a presença da nossa querida Secretária de Gestão Marcela Arruda. Todos registrados. E o Vereador, sempre Vereador, ético, a marca deste Vereador, que eu vou falar o nome aqui, chama-se ética. Claudio Fonseca, muito obrigada pela presença e pela forma que V.Exa. sempre conduziu os trabalhos na Câmara Municipal de São Paulo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência pública foi publicado nos jornais *Estado de S. Paulo*, dia 21 de março de 2024; *Folha de S. Paulo*, dia 22 de março de 2024; *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde o dia 21 de março de 2024.

As inscrições para o pronunciamento remoto foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo e já estão encerradas, era até as 11h30. Informo que as

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 2 DE 91

inscrições para o pronunciamento presencial também já foram encerradas, às 11h30, junto à Secretaria da Comissão e pelo *chat* do Teams.

Foram convidados e estão presentes: a Secretária Municipal de Gestão Marcela Arruda; o Secretário da Educação Fernando Padula; e também a Aprofem, que é o Sindicato dos Professores Funcionários Municipais de São Paulo, confirmada a presença da Vice-presidente, professora Margarida Prado Genofre; o Sindicato de Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta Autárquica do município de São Paulo, Sedin, Claudete Alves, também Vereadora, sempre vereadora; e também o Sindsep, Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquia no município de São Paulo, confirmada a presença do Presidente, Sr. João Gabriel Guimarães Buonavita; Sindicato dos Especialista de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo, Sinesp, Norma Lúcia Andrarde; Sinpeem, Sindicato dos Profissionais em Educação e Ensino Municipal de São Paulo, o Vereador Claudio Fonseca, que é o Presidente; e a Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo, Marcos Batistela.

Está presente o Deputado Estadual Carlos Giannazi, irmão do nosso querido Vereador Celso Giannazi. Seja bem-vindo, Deputado Carlos Giannazi. S.Exa. também faz parte da Comissão de Educação da ALESP. Por gentileza, Deputado, sente-se à mesa, por gentileza.

Agora vou passar a palavra ao líder do governo Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Sra. Presidente, queria cumprimentar V.Exa. por chamar esta audiência pública e queria também fazer um pedido aos nobres Vereadores, ao Deputado que compõe a Mesa, que, hoje, é uma audiência pública que foi solicitada pelos sindicatos, a grande maioria que representa os trabalhadores de todos os setores.

Então, queria fazer um pedido, e aí não sei, a gente pode consultar cada Vereador, de que a gente deixasse os presidentes dos sindicatos, os que se inscreveram, falar primeiro, até porque nós, Vereadores, temos a oportunidade de falar em plenário, de debater o projeto e isso já foi feito nesta última votação.

Acredito na importância de ouvir, inclusive solicito ao governo, uma vez que todos os

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 3 DE 91

esclarecimentos acerca do projeto enviado são de conhecimento geral, com as planilhas, com os valores, e a importância de a gente ouvir os representantes dos trabalhadores. Esse é um pedido que eu faço para a gente ter o bom andamento desta audiência pública que é ouvir os responsáveis pelos sindicatos que representam os trabalhadores de todos os setores. Esse é o meu pedido.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – V.Exa. já está atendido, porque realmente é muito importante ouvir todos os sindicatos que aqui estão.

Tanto que agora a gente vai iniciar. Temos as inscrições *on-line* e temos as inscrições presenciais. Vou chamar um *on-line* e um presencial pelo tempo regimental de três minutos.

E agora vamos iniciar chamando os representantes dos sindicatos que aqui se encontram. O representante do Sinpeem, Vereador Claudio Fonseca, que é o Presidente dos Sindicatos Profissionais de Educação e Ensino Municipal de São Paulo.

Tenha a palavra o Sr. Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Bom dia a todos e a todas.

Queria cumprimentar a todos os Vereadores, as Vereadoras que compõem a Mesa desta audiência pública. Quero cumprimentar a Secretária de Gestão Dra. Marcela Arruda, o Secretário de Educação Fernando Padula e os assessores que os acompanham.

Esta oportunidade para nós é extremamente importante não só para elucidar algumas questões que compõem as pautas de reivindicações dos servidores públicos, mas também para usar nesta instância legislativa a oportunidade de convencer os Srs. Vereadores, as Sras. Vereadoras da necessidade de fazer ajustes ao projeto de lei que foi encaminhado pelo Executivo.

Eu diria que nós estamos utilizando um instrumento de apelação: apelar para sensibilidade, pelo conhecimento, inclusive, que os Vereadores e Vereadoras possuem da necessidade de termos serviços públicos de qualidade, e que esses serviços públicos só serão de qualidade se, de fato, tivermos servidores públicos com reconhecimento dos seus direitos, com valorização, e que possam ter, inclusive, nos ambientes de trabalho, também condições de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **20557** DATA: **22/03/2024** FL: **4** DE 91

garantir a eles saúde e segurança.

Pois bem, nós temos data base no mês de maio. Por força da lei eleitoral, esta é uma campanha salarial antecipada, posto que, até o dia 9 de abril, o projeto, a lei que dispõe sobre reajustamento, valorização dos profissionais de educação, não só tem que ser discutida, encaminhada a discussão junto ao Executivo, mas depois, quando vir para a Câmara Municipal, tem que ser aprovada, ser sancionada posteriormente até o dia 9 de abril.

Sabendo disto, as entidades que compõem a chamada Coeduc, bem como outras entidades dos servidores públicos, encaminharam as suas pautas de reivindicações para antecipar o debate e a discussão, e eu não posso dizer que esses debates, essas discussões não ocorreram na instância do Executivo.

O resultado é que ele é incompatível com aquilo que nós reivindicamos, que é injusto diante da situação econômica do país, da situação financeira da Prefeitura. Qualquer um que fizer análise sobre o crescimento das receitas do município de São Paulo sabe que houve uma evolução na arrecadação da Prefeitura. Só de ISS, há uma evolução positiva em 2023 de 16%, sem contar ITBI, que também teve uma evolução significativa.

Nós temos um orçamento projetado com receita projetada para 2024 de 110 bilhões e as receitas da Prefeitura foram crescendo e evoluindo significativamente mesmo durante o período da pandemia. Então, é compatível as discussões, as reivindicações que nós apresentamos durante o processo negocial com o Executivo, com a Dra. Marcela, também com a Secretaria de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para concluir, Vereador.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Eu sei que essa discussão ocorre no âmbito do governo. O que nós apresentamos? Nós reivindicamos que houvesse 39% de incorporação, isso não significa aumento, porque os profissionais da educação foram obtendo abonos complementares de pisos para chegar, por exemplo, a uma remuneração de 5.533,00 por uma jornada de 40 horas dos profissionais da educação, mas desses 5.533,00, 40% corresponde a abono complementar de piso.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 5 DE 91

Nós também encaminhamos, que era necessário, além de você ter a incorporação daquilo que o pessoal está no início da carreira recebe como abono complementar, e que não repercute em todas as referências das tabelas e também não repercute na remuneração dos aposentados, que além da incorporação nós tivéssemos, em cumprimento ao artigo 100 da Lei nº 14.660, o aumento dos pisos remuneratórios.

Hoje, o piso remuneratório de um professor em início de carreira, sem abono complementar, não chega a três salários mínimos, isso na jornada especial integral. Estou falando do padrão de vencimento, aquilo que ele carrega para a aposentadoria, que quando ele se aposenta não vai ter abono complementar de piso. Precisa elevar os pisos remuneratórios dos profissionais.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para concluir, Vereador.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Vou concluir.

Então nós pedimos também que se discutisse a questão previdenciária. Nós sabemos o impacto que teve o aumento para 14 % na contribuição previdenciária, aliada a todos os critérios de mudança de tempo de contribuição, de idade mínima para a aposentadoria.

Eu vou terminar, porque nós já dissemos muito e temos dito, inclusive, na rua, com os profissionais de educação em greve, não é uma birra, mas uma necessidade de sensibilização.

A Prefeitura de São Paulo sempre, não é só essa gestão, quando nós vamos discutir valorização dos profissionais de educação, sempre impõe os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, a compatibilização entre receitas e despesas, mas nós vemos vários contratos, despesas que são realizadas pela Prefeitura de São Paulo, ao qual não se argumenta da mesma forma da insuficiência de recurso para fazer determinados contratos.

Então, apelamos em nome de todos os educadores, de todas as educadoras, de todos os servidores públicos municipais para que se reveja o índice 2,16%, senão o que vai repercutir aos ouvidos da população é que tem algumas pessoas que são mais iguais. Nós não reclamamos do reajuste que é concedido aos servidores da Câmara e nem aos servidores do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 6 DE 91

Tribunal de Contas do Município, que são trabalhadores, devem ter reajuste, e como todos reclamam que o reajuste não seja inferior à inflação. Mas por que os servidores públicos municipais fiquem com 2,16%, enquanto os servidores da Câmara, os servidores do Tribunal de Contas do Município, vão ter 4,65% de reajuste salarial?

Muito obrigado, Presidente, desculpe o excesso. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Gostaria também de registrar a presença da Secretária Executiva da Secretaria da Casa Civil, Denise Kiki Ramos. Muito obrigada pela presença, representando o Secretário da Casa Civil, Fabrício Cobra.

Agora, com a palavra, a ex-Vereadora e Presidente do Sindicato de Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil, Sedin, Vereadora Claudete Alves.

Vou estender para os presidentes dos sindicatos cinco minutos. Depois, para todos os inscritos, três minutos. A gente vai evitar de ultrapassar o horário, porque senão vai estender muito a audiência pública. Muito obrigada. Conto com a compreensão de todos.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Bom dia a todos e a todas.

Na pessoa da única Vereadora negra na Mesa, a Elaine do Quilombo Periférico, eu quero cumprimentar a todas as mulheres aqui. E na pessoa também da Sra. Presidente da Comissão, eu cumprimento a todos.

Ao líder do governo, eu quero agradecer ter atendido a minha solicitação, mas eu e o Claudio já estivemos desse outro lado. Era comum, na nossa época, audiências para discutir as questões dos servidores e quem vinham para a Mesa eram os representantes dos servidores e que tinham todo o tempo do mundo para poder falar. Que me desculpem os colegas aqui, vocês têm todo o tempo do mundo no plenário para falar, e cinco minutos são insuficientes, mas bora lá, fazer o que dá.

Primeiro, eu já queria evocar aqui, porque nós temos entre os Vereadores, o companheiro Celso Giannazi, que a função dele é lidar com as finanças. Ele é auditor fiscal da Prefeitura, e ele pode corroborar com tudo o que os dirigentes sindicais estão falando. Tem a expertise de ter presidido o Sindicato dos Auditores Fiscais e ele sabe que os números que nós

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 7 DE 91

apresentamos são verdadeiros. E aí, Celso, nos ajude, por favor, a convencer os seus companheiros de que não é verdade que se der um índice maior, estará sendo desrespeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Temos um professor aqui também, Vereador, colega, Toninho Vespoli, professor de matemática, que sabe fazer conta e pode ajudar a explicar para todo mundo aí que os números que nós apresentamos são verdadeiros. (Palmas)

E, por que eu começo por aí? Porque os servidores públicos municipais, independente de qual seja a função, o cargo, a secretaria, não aguenta mais esse discurso: “Olha, a gente até gostaria de dar mais”, líder do governo Riva, “mas nós não podemos, porque tem a Lei de Responsabilidade Fiscal”. Oras bolas, há muitos anos, não passa de 45% o atingimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e por que não valorizar aqueles que efetivam as políticas públicas para a cidade?

E a gente sabe, companheiros e companheiras, que o problema não é de caixa, o problema é de vontade política. (Palmas) E aí eu quero, em nome de todos os companheiros e companheiras que estão aqui, apelar aos senhores. Esta legislatura tem sido a pior das últimas duas décadas para o funcionalismo. (Palmas) Retiraram, acabaram com a nossa Previdência Pública, confiscaram 14%. Nós temos apelado diuturnamente aqui para que façam o mesmo que a Assembleia Legislativa fez: revogar o confisco. Não fazem. (Palmas)

E aí eu separei rapidamente aqui, e é importante que vocês nos ouçam, alguns números de algumas capitais. É vergonhoso para a cidade mais rica do país apresentar um índice de 2,16. Vamos lá, é bem rapidinho. Belém do Pará, 18% de reajuste para todos os servidores; Vitória, 10%; Belo Horizonte, 8,04%; Maceió, 7%; Rio de Janeiro, 5,26%; Fortaleza, 4,62%.

E aí, nobres Colegas, eu falo assim porque eu já fui Colega, vocês não tiveram dificuldade nenhuma em aprovar o reajuste de 46% para o Prefeito.

- Manifestação do público.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Não teve questionamento. Aprovaram! Aprovaram!

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 8 DE 91

Aprovaram! (Palmas)

Então, eu vou concluir, mas é importante. Aprovaram 37,5% para os secretários municipais. Aprovaram 22,5% para os chefes de gabinete. E sei lá mais as quantas. Portanto, quando fala... Eu ouvi ontem um vereador dizer assim: “Ah, mas o professor ganha mais que 6 mil”. Mentira! Não ganha sabe por quê? Confiscam 14% do Iprem. Confiscam. Se ele passa de 3 mil e pouco, 22,5% a 27% de imposto de renda. Então, não me falem que a cidade mais rica do país paga bem seus servidores, paga bem a educação, porque vocês são sustentados com o dinheiro que recolhem do nosso imposto de renda.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Concluindo, Vereadora.

A SRA. CLAUDETE ALVES - E para concluir, eu queria dizer, os senhores vão concluir, senhora presidenta. Eu vou concluir, sim, eu vou concluir. Porque se nós estivéssemos na mesa, nós teríamos de ter mais tempo. Mas para concluir...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Os vereadores também não vão falar mais do governo. Nenhum vereador.

A SR. CLAUDETE ALVES - Para eu concluir, se a senhora não me interromper, eu vou concluir. Eu queria dizer o seguinte, que os senhores e as senhoras têm a chance de não ficar mal com a cidade neste ano eleitoral, porque o prefeito só vai atingir a sua intenção com a colaboração de vocês. Então, eu espero que vocês atendam às nossas reivindicações. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Agora vamos chamar a representante da Aprofem, Professora Margarida Prado Genofre, por gentileza. Cinco minutos, porque senão vamos estender muito a audiência pública. Têm muitos inscritos aqui. Os vereadores vão falar rapidamente. Então, nós vamos dar a palavra para todos, só que nós temos de cumprir o horário.

Registrar a presença da Deputada Federal Luciene Cavalcante e também da Vereadora Luana Alves.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE - Bom dia, Sra. Presidente da Comissão. Bom dia, Sras. e Srs. Vereadores. Bom dia, autoridades aqui presentes. Bom dia, colegas servidores públicos municipais.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 9 DE 91

fls 10

Estamos todos no mesmo barco. Eu vou aproveitar este tempo que eu tenho, que não é muito, para não repetir o que já está dito, colocado, que todo mundo já conhece, e avançar um pouco mais nesta discussão aqui sobre o PL 155, que é disso que estamos falando.

É um PL que traz uma proposta de 2,16% como o reajuste linear. Reajuste linear é direito constitucional de todo trabalhador brasileiro. Está escrito na Constituição, artigo 37, inciso X. E quando o governo propõe um índice que não recompõe sequer a inflação de um ano, são só dez meses, ele está desrespeitando a Constituição. (Palmas)

Passamos mais de 20 anos com o 0,01. Vencemos essa barreira. Foi ótimo. A gente reconhece que foi um avanço. Agora, não dá para a gente continuar tendo sempre os reajustes dos servidores abaixo da inflação. Não há condições de ninguém suportar o custo de vida com uma revalorização tão baixa. Tudo sobe na vida da gente e não é nesse valor.

A nossa reivindicação era de 16% como revisão geral anual. Ou seja, para todo mundo, todos os trabalhadores da Prefeitura do município de São Paulo, mais a incorporação dos abonos complementares e de compatibilização, que já foram concedidos no passado e que distorcem as tabelas de vencimentos dos profissionais de educação, fazendo com que um profissional que ingresse na sua carreira leve até dez anos para receber a mesma coisa, o piso. Quer dizer, tanto faz ele ter promoção, evolução funcional, que ele acaba recebendo, no final do mês, o mesmo tanto que o colega que está acabando de entrar. Isso distorce carreira. Não é possível.

Em nossa reivindicação, tinha também a questão de se rever as férias dos servidores, que isso veio em um projeto aqui em 2021, foi aprovado nesta Casa, porque não houve nenhuma negociação com os servidores previamente. Nós tivemos uma negociação, dentro da Casa, em que nós conseguimos reduzir um pouco os danos. A gente conseguiu fazer com que as licenças médicas passassem a pesar apenas depois de 180 dias. E isso criou para os profissionais de educação, especialmente docentes, uma situação absurda em que toda escola está parada no mês de janeiro. Não existe aula. E a função do professor é dar aula. Se o professor não pode ir dar aula, o que ele vai fazer na escola? Nada. Então, a Secretaria Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 10 DE 91

resolveu a situação, concedendo os 30 dias de férias para todos os professores. Porém, a lei vale para todos. Todos os servidores estão sujeitos às mesmas leis. Então, os profissionais de educação não estão isentos dessa lei. Só que isso gera uma dívida. Se o profissional de educação não tinha direito a esses 30 dias de férias, ele vai gozar dos 30 dias, ele está devendo. Ele vai pagar quando? Vai pagar quando ele se aposentar; quando ele se exonerar; quando, por alguma razão, ele deixar esse cargo. Então, isso gera um passivo. Isso é um problema muito grande. Esse também era um ponto que a gente reivindicava e que a Secretária Marcela, digamos de passagem, disse que poderíamos até conversar sobre esse ponto, não há dúvida. Eu tenho que ser honesta aqui, dizer que o governo até abre a possibilidade de virmos a discutir. Entretanto, isso não veio ainda no projeto de lei.

No projeto de lei também não veio, em que pese também a Sra. Secretária Marcela ter admitido que dá para ser discutido, é a questão do confisco dos 14%. A situação do Iprem não está essa situação que foi colocada anteriormente. Então, já está em uma condição um pouco melhor, que dá para a gente pensar em arrefecer um pouco essa carga tão pesada que está sobre todos os aposentados e também sobre os da ativa, que eles também pagam os 14%. Não são só os aposentados. Então, esses são pontos da nossa pauta que nós trouxemos para serem discutidos. Mas eu vou dizer uma coisa. Eu não sei, no meu entendimento, negociação é um pouquinho diferente do que tem acontecido.

Vou concluir, só isso aqui. Negociação pressupõe você chegar com uma pauta... E o governo responder. Mas, aí, sempre há réplica, tréplica, e a gente discute e tenta avançar. Nesse processo que nós tivemos agora, nós, sim, apresentamos nossa pauta e sim...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Cinco minutos e meio, nós já terminamos, cinco minutos, por favor.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE - Já vou concluir. Estarei concluindo em dez segundos. Nós também ouvimos o governo com a sua resposta, mas não houve uma negociação. O projeto veio tal qual foi colocado em nossa reunião na Secretaria de Gestão.

Muito obrigada. (Palmas)

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 11 DE 91

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Gostaria de chamar para ocupar a Mesa a deputada federal. A Deputada Federal Luciene Cavalcante, que também faz parte da Comissão de Educação na Câmara Federal. (Palmas) Seja bem-vinda.

Também registro as presenças do Vereador Eliseu Gabriel; da Vereadora Luna Zarattini. Sejam bem-vindos. (Palmas)

Agora vamos chamar o Presidente do Sindsep, Sr. João Gabriel Guimarães Buonavita. (Palmas)

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES BUONAVITA - Bom dia a todas e a todos.

Eu quero cumprimentar, na figura da Presidente da sessão, todos os presentes na Mesa. Cumprimentar a representação do governo, na figura da Secretária Marcela. E eu quero especialmente cumprimentar cada trabalhador e cada trabalhadora presentes nesta audiência que tiveram o bom senso de construir a luta e a resistência a partir da greve para que a gente possa restabelecer a verdade como critério básico da nossa conversa aqui hoje. (Palmas)

Nós estamos aqui para discutir, Secretária Marcela, a disparidade com que com que tem sido tratada a discussão, neste processo que nós estamos fazendo aqui hoje. Nós estamos acompanhando as negociações coletivas que estão acontecendo em todas as capitais no país, e o que nós estamos vendo é que capitais que têm condição financeira muito aquém do que nós temos na cidade de São Paulo estão oferecendo índices muito superiores. E quando se fala em responsabilidade fiscal nós observamos o Rio de Janeiro, que está próximo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e está oferecendo um índice de quase quatro vezes maior do que esta Casa está discutindo neste momento. (Palmas)

Não é possível que um prefeito que esteve sentado nesta cadeira, que foi relator do Orçamento por tanto tempo, Vereador Fábio Riva, que foi relator do Orçamento, atinge, neste momento, o patamar mais baixo de investimento na folha de pagamento da história da cidade de São Paulo. Isso é uma contradição que está acontecendo. É uma vergonha. (Palmas) E é importante dizer que isso está acontecendo porque o crescimento da receita não acompanhou as negociações salariais, que não aconteceram, como disse a Professora Margarida. E isso

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 12 DE 91

também é a realidade porque, ao contrário do que tem sido veiculado, não estão acontecendo concursos públicos na medida em que aumenta a demanda e que acontecem as aposentadorias. E, aí, nós estamos vendo a situação dramática que nós estamos vivenciando na saúde no município de São Paulo.

Eu não posso aqui deixar de dizer do nosso repúdio à medida antidemocrática, à medida de força adotada pelo governo Ricardo Nunes que judicializou a greve legítima dos servidores municipais e que sentenciou os trabalhadores da saúde a suspenderem a greve em 100%. O prefeito judicializou a greve e, a justiça determinou a suspensão de 100% da greve na saúde.

O mesmo prefeito, que tomou essa medida, é o prefeito que nega a realização do concurso público; é o prefeito que não garantiu as condições para que os trabalhadores da vigilância sanitária, mesmo depois de termos passado pela maior crise sanitária da história da humanidade; é o mesmo prefeito que deixou de investir de maneira real na vigilância sanitária. Foi preciso os trabalhadores se organizarem, organizarem uma denúncia ao Ministério Público para que o concurso - que o governo tem dito, que chamou -, mas na verdade foi realizado um concurso para vigilância e esse concurso teve nomeação por força de intervenção do Ministério Público.

Então, nós temos de reestabelecer o critério da verdade. E a verdade é que a cidade de São Paulo não realiza concurso público há uma década, e é por isso que a saúde hoje enfrenta uma situação dramática.

Nós estamos aqui para dizer que a Prefeitura de São Paulo atacou o direito de férias. Construiu um conceito que a gente não sabe se é baseado no calendário cristão, romano, ou se é baseado em outro tipo de calendário. Talvez, isso explique porque a Prefeitura de São Paulo aplica uma estrutura de reposição de perdas baseada em 10 meses, que é a proposta de 2,16. Nós temos um calendário de 12 meses no Ocidente. A Prefeitura de São Paulo tem um calendário que precisa ser explicado. (Palmas)

E eu gostaria aqui de dizer que esta Casa, Vereador Fábio Riva, tem todas as

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 13 DE 91

condições de restabelecer a negociação coletiva que nos foi negada. Uma cidade que investiu 15 bilhões em asfalto, que realizou diversas obras sem licitação, tem todas as condições de atender o pleito legítimo dos servidores, que mesmo que estejam impedidos de realizar a greve, estarão nos seus locais de trabalho, se assim for decidido na assembleia de hoje, lutando. (Palmas)

Viva os trabalhadores desta cidade! Viva os trabalhadores do colete azul! Viva os professores! Viva aqueles que constroem o serviço público na prática. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Agora vamos chamar o Sr. Marcos Batistela, representando a Federação das Associações Sindicais de Profissionais e Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo. (Pausa)

Com a palavra, o Presidente da Federação das Associações Sindicais de Profissionais e Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo - FASP, Cássio.

O SR. CÁSSIO VIEIRA - Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa da Vereadora Edir Sales.

Estamos aqui, vindo de uma situação crítica que o país passou, a pandemia. Milhares de pessoas, que eram nossas amigas, nossas próximas, foram embora. E nesse momento foi chamado o serviço público para contribuir com a crise. E contribuiu. Contribuiu com o congelamento de sua remuneração com a Lei Complementar 173. Ficamos ali, durante todo esse período, praticamente dois anos congelados em progressões por tempo de serviço, quinquênios, porque se entendia que o servidor deveria contribuir.

Contribuímos também quando o município falou que haveria um desequilíbrio no Iprem, e não obstante o trabalhador do serviço público contribuir, durante a sua vida, regularmente para a sua aposentadoria.

E não satisfeitos, houve um confisco para os aposentados, 14%. Houve um acréscimo de alíquota desproporcional para os ativos.

Então, o serviço público do município de São Paulo está de parabéns, porque está passando por todas essas provas de uma forma terrível.

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 14 DE 91

Estamos aqui restringindo o que nós poderíamos ter, enquanto benefícios que o serviço público poderia conferir à população, na medida em que há uma restrição orçamentária indevida dedicada ao serviço público.

O que ocorre? Nós temos um acréscimo de receita. Um acréscimo de receita. O ISS novamente cresceu. Estamos aqui com um comprometimento de receita corrente líquida de apenas 29,98% da receita corrente líquida para o serviço público. E, aí, você se pergunta: é razoável que o serviço público continue pagando essa conta, a conta da sociedade? Já não contribuimos com o Ipem nesse absurdo? E precisa ser revogado isso.

Estou aqui com o Deputado Carlos Gianazzi. Deputado Carlos Giannazi, não podemos deixar isso daí ocorrer no serviço público em geral. Vocês estão de parabéns, conseguiram reverter isso na Assembleia. Mas aqui hoje, também não podemos deixar de nos referir aqui à Deputada Luciene, que está combatendo esse absurdo desta Lei Complementar 173 no Congresso Nacional. (Palmas)

Contudo, a discussão aqui refere-se ao reajuste geral anual, 2.16% são indevidos, são desproporcionais com o equilíbrio fiscal do município.

Vereador Riva, estamos reconhecendo que o Prefeito acabou com duas décadas de absurdo, 0,01% do serviço público ano passado. Contudo, não é possível que esta política tenha que ser descartada agora esse ano com esses irrisórios 2.16%. A Prefeitura pode dar mais, Vereador, sabemos disso, 29.98% não é nenhum comprometimento absurdo para o serviço público municipal.

Então, gostaria de dar esse encaminhamento para o Poder Executivo meditar e, talvez, mandar um substitutivo. E os Vereadores têm, sim, a legitimidade de rever esse valor, esse valor que é descabido, 2.16%. Não aceitamos, não aceitamos. Não sei como a gente poderia chegar para as nossas famílias e falar, tudo bem, filho, mulher, nossos dependentes, vamos nos contentar com o reajuste abaixo da inflação, não obstante as receitas correntes do município estarem em crescimento.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para concluir, por favor, Cássio.

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 15 DE 91

O SR. CÁSSIO VIEIRA - É isso, Presidente, eu gostaria de finalizar, saudando o serviço público, ele já contribuiu demais na pandemia, contribuiu demais nessas duas décadas, com 0,01%. Não podemos mais contribuir.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora, a Norma, nós esquecemos dela hoje. Vamos chamar agora a Presidente do Sinesp, Norma Lúcia Andrade dos Santos.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS - Bom dia a todas e todos. Quero cumprimentar a Vereadora Edir Sales, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa.

Os serviços públicos, todos os serviços públicos, é que mantém a cidade em funcionamento. Sem serviço público, a cidade não caminha. O serviço público não é prédios, ele é também funcionários. Todos nós, como funcionários públicos, levamos o serviço que a cidade precisa para todos os lugares. Eu sempre falo que todos os Prefeitos, Vereadores, eles devem e têm que conhecer a cidade toda e todas as suas especificidades dentro da cidade. Porque nós, servidores públicos, estamos onde muitas vezes não há nada, só há nós e o prédio.

Então, não investir em servidores públicos não pode, de forma nenhuma, ser uma política de governo. Os servidores públicos precisam de aumento de salários dignos, de aumentos de salário que venham recompor, pelo menos, não é isso que nós queremos, pelo menos, o processo de inflação. Nós não podemos permitir que uma cidade que tem um orçamento maior do que o estado de Minas Gerais indique um aumento salarial de 2.16%. Porque nós sabemos que esta cidade tem dinheiro. Nunca os cofres da Prefeitura tiveram tanto dinheiro como nessa gestão. O nosso dinheiro, porque nós somos servidores, mas nós também somos munícipes e utilizamos todos os serviços desta cidade.

O processo de negociação, eu sempre entendo que ele é um começo. Os sindicatos, as associações entregam as suas propostas, vem uma contraproposta e o processo continua. E nós queremos que esse processo continue, porque não é razoável 2.16%, sendo que, como o colega falou, não se gasta toda a porcentagem possível. Nós entendemos, enquanto servidores públicos, que não é bom para uma boa gestão gastar todo o percentual. Mas não é aceitável que

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 16 DE 91

deixe metade, quase, desse percentual guardado.

Então, nós reivindicamos que isso seja revisto. Mas não somente isso. Lógico que nós queremos um aumento salarial maior. E isso não tem discussão em nenhuma categoria representada aqui pelos representantes dos funcionários públicos. Como também não há nenhuma discussão sobre um segundo ponto que eu quero trazer aqui, sobre melhorias de condições de trabalho. Não dá para ficar fazendo vaquinha para comprar água. Não dá para você não ter um ambiente adequado.

E eu quero fazer uma denúncia à questão das obras na educação. As escolas estão em obras. As escolas estão sem local adequado para essas crianças brincarem, comerem. Não há sala para professores se reunirem. Tem que fazer arranjos. E quero trazer, como representante do Sinesp, dos sindicatos, dos gestores educacionais, que tudo isso não é culpa e nem responsabilidade do diretor da escola. Não é culpa e responsabilidade do AD, do coordenador pedagógico e nem da supervisão que faz a supervisão nas unidades educacionais. Porque a reforma chega e os diretores e os gestores são comunicados que essa reforma chegou e essa reforma vai acontecer.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para concluir, por favor.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS - Já estou concluindo E a gente está com um problema até de retirada de entulhos nesse momento onde a dengue se estabeleceu nesta cidade.

Para finalizar, eu queria deixar um ponto para a nossa reflexão. Por que que incomoda tanto, por que que incomoda tanto, ter bandeiras de sindicatos representantes dos trabalhadores? Só para reflexão.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Agora, nós vamos chamar um inscrito *on-line*, um inscrito presencial e um Vereador. E assim vai seguir, um *on-line*, um presencial, um Vereador. Então, vamos chamar agora o primeiro inscrito *on-line*, a Nelice Pompeu. Não, ela está aqui presencial, Paulo? Agora que eu vi que está aqui presencial.

Gente, só para deixar bem claro, vamos colaborar. Não ultrapassem três minutos, por favor, porque senão a audiência pública vai se estender demais, está bom? Três minutos, por gentileza.

A SRA. NELICE POMPEU – Pronto? Posso começar?

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Pode falar, Nelice, claro. Tem a palavra a Nelice Pompeu.

A SRA. NELICE POMPEU – Bom dia a todos, todas e todes, à Mesa com as autoridades, Secretária Marcela, Secretário Padula. Uma responsabilidade estar aqui, porque não estou só como Nelice, a rebelde Nelice Pompeu. Estou trazendo muitas vozes do chão da escola. E aqui na Casa do Povo que nos traz tantas lembranças ruins.

Casa do Povo, nome bonito, um salão nobre, suntuoso, ar-condicionado, enquanto a gente está derretendo nas nossas escolas, com essas questões climáticas, mas vida que segue. Para facilitar os três minutos, porque eu sou muito disciplinada, eu vou ler uma historinha. E assim, qualquer semelhança com a realidade é só mera coincidência.

Era uma vez um Prefeito que administrava a cidade mais rica do país, mas as coisas só funcionavam perfeitamente em suas propagandas. Aí, gente, como eu queria morar na propaganda do Ricardo Nunes, né? Pois, administrar a cidade, gente, não é jogar banco imobiliário, tá? A cidade mexe com a vida das pessoas. E a vida real, inclusive lá na periferia, ela é outra. Ela não é a da propaganda do Ricardo Nunes. Mas esse Prefeito, que é só uma história, tá, gente, muito pão duro, muito pão duro, e gosta muito de economizar, né? Fica parecendo quem? O Tio...

- Manifestação do público.

A SRA. NELICE POMPEU – Ele conseguiu juntar, gente, 30 bilhões. 30 bilhões. A gente não está conseguindo juntar 30 centavos positivos na nossa conta. Agora eu quero saber, gente, com tanto dinheiro que daria para fazer melhorias na nossa cidade, ele vai lá e faz um asfalto de açúcar. Inclusive, Edir Salles, a nossa região lá está ruim, hein? Choveu, acho que você vai o quê, de helicóptero? Porque por baixo está complicado, tá? O asfalto derrete, a cidade

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 19

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 18 DE 91

sofre com as enchentes e apagões. Solidariedade aí ao pessoal do centro, que também tem sofrido prejuízos. O que mostra que privatizar é colocar o serviço público no lixo. Olha, também a Sabesp que está dando entrada aqui na Casa do Povo. Olha as consequências da Enel, e depois não venham falar que nós não avisamos.

E falta tudo, principalmente vontade política. Será que esse Prefeito é ficção? Desconta a raiva dele em cima de nós, servidores? Será que ele desconta o ódio dele, a ira dele, em cima dos aposentados que não estão tendo dinheiro nem para comer e comprar remédio? Mas tudo bem, né, gente, alguém tem que pagar essa conta. E quem é que está pagando a conta?

- Manifestação do público.

A SRA. NELICE POMPEU – Será que ele teve bom senso, viu, Iva, Quando ele reajustou o salário dele em 46%, ao mesmo tempo que ele está confiscando os salários de aposentados? Ô Iva, será que ele teve bom senso quando para os amiguinhos tudo e para nós?

- Manifestação do público.

A SRA. NELICE POMPEU – É uma história, tá, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para concluir, por favor.

A SRA. NELICE POMPEU – Como será que esse Prefeito da cidade mais rica do país, com tanto dinheiro em caixa, consegue propor...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Já passaram três minutos e meio, querida, por favor.

A SRA. NELICE POMPEU – Eu só estou terminando, que o final da história é lindo. Consegue propor um vergonhoso reajuste de 2.16? Para onde será que está indo esse dinheiro? Bom, eu acho que... Até uma dica, viu, de professora, tá? Eu acho que na hora que o estagiário foi digitar alguma coisa, ele esqueceu um dígito. Não é possível ser 2.16. É bom vocês lerem o texto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Gente, nós temos cerca de 100 inscitos, 100 inscitos.

A SRA. NELICE POMPEU – Mas eu só estou concluindo, vocês querem o final da história? Vocês querem o final da história?

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – (Fazendo soar a campainha) - Está encerrado. Encerrado o seu tempo.

A SRA. NELICE POMPEU – Tá, é uma pena. Eu coloco o final da história nas redes sociais. Porque o final mesmo da história a gente vai ter em outubro, gente.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Vamos lá, agora vamos chamar o... Rodrigo... *On-line*, Rodrigo de Souza Ribeiro. *On-line* Rodrigo de Souza Ribeiro.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Ô gente, não é um movimento político aqui dentro. Nós estamos fazendo uma audiência pública da mais alta seriedade. Não vamos levar na brincadeira. Vamos falar sério. É uma audiência pública séria. Para falar de coisa séria, que é educação. Vamos respeitar? Agora vamos chamar o Rodrigo de Souza Ribeiro, *on-line*. Rodrigo de Souza Ribeiro, *on-line*. Não está. Não está *on-line*, então vamos lá.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Se vocês não fizerem silêncio, quem está *on-line* não vai ouvir, por favor, por gentileza. Somos professores. Aprendemos que tem que ser educado.

Então, por favor, se vocês ficarem gritando aí, não vai, o pessoal *on-line* não vai ouvir.

Agora, vamos dar a palavra para o Vereador Celso Giannazi. Primeiro, os Vereadores da Comissão de Educação, Cultura e Esportes. E depois a gente vai, com o maior prazer, dar a palavra para os outros Vereadores e para a Deputada Federal e o Deputado Estadual também.

O SR. CELSO GIANNAZI - Obrigado, Presidente. Bom dia a todas, bom dia a todos que estão presentes de forma presencial e de forma *on-line*. Eu gostaria de cumprimentar meus Colegas da Mesa e fazer uma saudação especial ao representante da Assembleia Legislativa, o

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 20 DE 91

Professor e Deputado Carlos Giannazi, que é servidor público municipal e membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. E também fazer uma menção à nossa professora, supervisora da rede, servidora pública municipal, que é Deputada Federal na Comissão de Educação da Câmara Federal aqui presente. Quero saudar os secretários presentes, Padula e Marcela.

Muitos colegas já falaram aqui, mas eu acho que é muito importante quando a gente mostra os fatos, a gente tem uma visão, olhando mesmo. O gráfico é muito importante para que a gente se aproprie dos dados, para que a gente possa dialogar aqui com a administração, que teima em dizer que não tem recurso público para valorizar os profissionais, os servidores públicos do município de São Paulo.

Eu pediria à assessoria, o Rafael, se pudesse passar um gráfico só para a gente ter os números. Foi falado aqui, nós falamos, muitos colegas falaram, do percentual de reajuste que vários municípios estão fazendo, capitais e não capitais, em alguns estados.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. CELSO GIANNAZI - Mas a gente tem que comparar esses percentuais com o orçamento. A gente vê lá Vitória, com 10% de reajuste, aprovado já, com orçamento de 2 bilhões de reais; Rio de Janeiro, 5.26 bilhões, um terço da cidade de São Paulo, 45 bilhões de reais; o município de Santos, nosso vizinho, Santos, 8% aprovado pela Câmara Municipal de Santos, o orçamento, olha gente, 4 bilhões; Jacareí, aqui do nosso lado, 4.62, o orçamento 1.89 bilhão; Ceará, 5.62; Piauí, estados, todos eles, todos esses entes federativos, com receitas muito menores, mas muito mesmo menores, 20, 30, 40 vezes menores que São Paulo, e São Paulo oferece 2.16% para os seus trabalhadores, para os seus servidores. É uma vergonha.

Próxima apresentação. Esse gráfico mostra a receita corrente líquida. A colega Claudete falou aqui que eu, de fato, acompanho muito o orçamento da cidade de São Paulo. A gente faz esse debate, Claudete, eu sou concursado aqui na Prefeitura de São Paulo há 26 anos.

Há 26 anos a gente acompanha o orçamento linha a linha, carreira por carreira. Eu fui Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais, a gente faz esse acompanhamento mesmo.

Iniciamos lá, em 2005, com o comprometimento da folha de pagamento com 40 % da folha da receita corrente líquida. Era de 40%, em 2005. Hoje nós chegamos ali, tivemos uns picos, chegamos, em 2022, com um dos menores comprometimentos da folha de pagamento da receita líquida corrente, que está em torno de 89 bilhões de reais. 89 bilhões de reais.

Então, vejam vocês, quando aquele gráfico está batendo naquela - não sei se todo mundo consegue ver - quando ele começa a bater ali embaixo, é o menor índice, foi dito aqui, 29, 30% de comprometimento da receita líquida com a folha de pagamento de aposentados, pensionistas e servidores ativos. Quando ele dá uma embicada ali, se a gente aumentar aquele valor ali para 1%, gente, 1% significa 800 milhões de reais. Significa 800 milhões de reais que daria, mas com muita folga para a gente chegar num reajuste digno, num reajuste condizente que tivesse, de fato, a valorização dos servidores públicos, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal permite que a gente, os municípios, gastem até 54% da sua receita corrente líquida com a folha de pagamento. Então, a gente está muito longe disso. Muito longe disso.

A próxima, por favor. E aí, quando a gente discute aqui, esse gráfico, não dá para ver, a parte alaranjada aqui foi a inflação do período. E as bolinhas azuis são o que os governos nos deram nos últimos anos. Esse gráfico começa lá em 2015, a gente pegou um recorte menor. E aí, a gente vê lá a inflação e nós ficamos com 0,01. O último momento em que nós tivemos alguma coisa foi em 2023, quando melhorou um pouquinho. Não que recuperamos o nosso poder de compra. Jamais, muito longe disso.

Esse é o gráfico do comprometimento: A inflação que nós tivemos no período de 2017 a 2023 foi de 41,82%, quando o conjunto dos servidores teve 5,05 % de reajuste. Então, o poder de compra dos servidores públicos está acabado e nós deveríamos estar discutindo esse percentual aqui; mas também não somos levianos, nós sabemos dos limites. Porém, não dá para aceitar esse deboche com o conjunto dos servidores, ofertando a eles 2,16%.

Não dá para aceitar crianças que não foram para a escola até hoje porque nós não

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 23

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 22 DE 91

temos TEG. Não dá para aceitar que não tenha aspirina nas UBSs da nossa cidade. Nós temos recurso, sim, para fazer uma valorização e para revogar de vez o confisco de aposentadorias e pensões dos nossos aposentados e pensionistas que dedicaram 30, 40 anos de suas vidas à Prefeitura de São Paulo. O Estado de São Paulo já revogou, Alagoas já revogou, Sergipe já revogou, Santa Catarina já revogou, o município de Vitória já revogou. Falta São Paulo.

Presidente, nós temos recurso para isso.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Obrigada. Agora é presencial.

Tem a palavra a Sra. Marcia Aparecida Crepaldi Adam de Oliveira, da Associação dos Servidores Municipais de São Paulo.

A SRA. MARCIA APARECIDA CREPALDI ADAM DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Dra. Marcela, Edir Salles e todos os presentes, bom dia.

Eu sou representante da Associação dos Administradores e da Associação dos Servidores, uma associação que foi fundada em 1946. A gente tem muito tempo de luta.

Eu sou da área de administração, eu falo de planejamento. Todos os contratos de trabalho são revistos, todos os contratos que a Prefeitura faz de prestação de serviço tem um índice de revisão. E nós, servidores municipais, também temos um contrato de trabalho com a Prefeitura, nós que entregamos para essas políticas públicas todas as ações, através das pessoas; porque só a escola ou só o ambiente da educação, o ambiente da saúde ou administração, sozinhos, não funcionam, tem gente. E me assusta não termos uma coisa chamada planejamento.

Dentro do planejamento orçamentário desta cidade, tem que ter a revisão geral anual. E eu fico muito triste de o Secretário de Finanças não estar aqui; porque, quando ele pensa na peça orçamentária, tinha que estar lá: “revisão geral anual”.

A revisão geral anual nada mais é do que um dispositivo constitucional. Se tivesse isso no planejamento orçamentário, nós estaríamos discutindo melhorias salariais, e não a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 24

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 23 DE 91

revisão geral anual, que é um dispositivo legal e que deveria estar dentro do planejamento do orçamento, todo ano.

Da mesma maneira que tem o reajuste para um contrato, deveria ser previsto o reajuste para a coisa mais preciosa que tem nessa Prefeitura, que somos nós, os servidores, que entregamos os serviços públicos à comunidade.

Não há Executivo que funcione sem pessoas, sem concursados e comissionados, todos os trabalhadores. É legítimo. Eu reconheço a legitimidade do poder. Mas a legitimidade do poder só se faz através de pessoas, de todos os concursados, todos os servidores efetivos, todos os comissionados. Todos merecem o respeito da revisão geral anual. É simples assim.

Da mesma maneira que tem o dispositivo para fazer um contrato, tem que ter o dispositivo de reajuste geral anual para todos. E 2,16% é uma afronta de como nos enxergam, Secretária. É como nos enxergam lá na ponta da ponta. Mas não é assim que nos vemos. É através de todos nós que entregamos as políticas pública, inclusive dessa gestão.

Nós estamos tentando fazer o nosso trabalho com uma coisa chamada comprometimento. Nós damos o sangue, temos compromisso com a gestão pública. E é um compromisso além de um governo. Nós temos um compromisso com a gestão pública e suas entregas. É uma política de Estado. Fazer reajuste geral não é política de governo, é uma política de Estado, tem que fazer parte do planejamento orçamentário desta cidade.

Não dá para vir aqui e discutir 2,16. Eu queria estar discutindo outras coisas. Eu queria estar discutindo melhores entregas para essa cidade. Eu queria estar discutindo sobre a dengue. Eu queria estar discutindo o que nós podemos fazer nesta sala cheia de servidores municipais para melhores entregas, para quem? Para quem merece, que é a população de São Paulo.

É o compromisso que nós temos individualmente e coletivamente com esta cidade, Secretária.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Maria Vânia Sampaio de

Matéria AUD 50/2024. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 01/04/2024 e juntado ao PL 155/2024 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?plID=519223>.

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 24 DE 91

Andrade, SME.

Tem a palavra o Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Bom dia a todos. Eu pedi tempo para falar antes, porque eu vou ter que sair daqui a pouquinho. Nós vamos lançar uma publicação sobre o ruído na cidade, que é um assunto recorrente. Muita gente sofre com esse tipo de barulho, é um desrespeito à legislação. Então, eu estou lançando hoje um livretinho sobre esse assunto. Por isso que eu tenho que sair daqui a pouco, para tratar disso.

Eu não consigo entender essa história. É tão ilógico, é tão irreal, essa história de dar um aumento de 2,16%. Não passa na cabeça ninguém. E falam: “Não, porque não tem recurso”. Não é essa a questão. A questão, eu já falei de outra vez, é uma questão de opção ideológica, é uma ideia de desmonte do serviço público.

Fazendo uma comparação, quando foi privatizada a Eletropaulo, veio a Enel, e agora o Centro da cidade está há três dias sem energia. Um amigo meu está fazendo tratamento de câncer, ele foi fazer a radioterapia, ele tinha que fazer uma série de procedimentos. Mas, com a falta de energia, ele não pôde fazer. Quando chegou em casa, ele abriu a geladeira, que tinha uma série de comidas, coisa para ele comer, e estragou tudo.

Esse é um caso de um amigo meu. Imagine que absurdo, não poder fazer um tratamento. Então, é a mesma lógica. Agora querem privatizar a Sabesp, uma excelente empresa de distribuição de água e de saneamento, uma das melhores do mundo. Resolveu 100% da água na cidade de São Paulo; 90 % do saneamento; e vêm com um monte de desculpas, de mentiras. Não tem cabimento uma coisa dessa. É a mesma lógica do aumento de 2%, que nem é aumento; isso é vergonhoso.

Então, quero deixar bem claro que essa luta que nós estamos fazendo, principalmente essa mobilização de vocês, é absolutamente fundamental. Podem não conseguir muita coisa agora, mas essa luta fica na história; essa luta vai marcando.

A nossa reivindicação aqui é um aumento linear, que se abra um debate entre esses dias, e que haja uma negociação para melhorar essa situação, que é vergonhosa. Já se falou

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 25 DE 91

aqui dos outros estados e outras cidades.

Que coisa absurda. Muitas cidades com 10%, 8%; e aqui, 2%. Quer dizer, é uma coisa incrível.

Outro assunto importante é a incorporação dos abonos e o fim da terceirização. Acabar com essa porcaria. Não tem o menor cabimento a terceirização. E finalmente, a questão do confisco. É criminoso tirar 14% dos aposentados, isso é criminoso.

É por isso que nós temos que lutar. Eu peço que o Governo abra a negociação para que possamos rever este projeto de lei e realmente fazer algo melhor, porque é uma vergonha o que está acontecendo.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora vamos chamar os inscritos, de forma *online*: Daiana Boaventura Oliveira; Dalila Silveira; Mariana Monteiro da Silveira; Patrícia Bongiorno; Sandra Alexandre da Silva.

Agora, vou chamar inscritos, de forma presencial. Tem a palavra a Sra. Lira Alli.

A SRA. LIRA ALLI – Bom dia. Sou Professora de Artes no Município de São Paulo e sou trabalhadora da cultura. Eu vim fazer denunciar o desmonte das políticas públicas, porque quando a gente dá um reajuste menor do que a inflação a gente está desmontando a política pública. É preciso dizer isso.

Quando a gente achata uma carreira, mesmo que seja de baixo para cima – com abono, vocês entenderam – a gente está desmontando a política pública. Quando a gente recupera salários que, como o Vereador disse, estão mais de 40% defasados, isso é valorização.

E a gente precisa denunciar o desmonte das políticas públicas na educação, na cultura, na saúde, na assistência, no verde e meio ambiente, até o desmonte da política pública do direito à água.

Eu queria contar para vocês que, no último dia 20, a Cultura fez um ato maravilhoso, criativo, de denúncia do desmonte da cultura. A cultura contra o desmonte, o desmonte da cidade, porque desmontar as políticas públicas é desmontar a cidade.

Existem trabalhadores da cultura que estão esperando há mais de dois meses para receber os seus pagamentos por serviços prestados. A justificativa da Secretaria de Cultura é que não tem servidor para executar os pagamentos. A outra justificativa é que não entregaram os papéis direitos. Só que tem mais burocracia para um bloquinho de carnaval do bairro receber R\$ 20 mil do que para o Prefeito, o Rei do Camarote, pagar R\$ 2 milhões, num *open bar*, para os amigos dele. Isso é desmonte.

Alguém vai falar: “Mas contratamos 7.000 professores, nomeamos”. Só que, gente, pelos dados da própria Secretaria Municipal de Educação, ainda tem mais de 8.000 cargos vagos de professores na rede municipal de educação. Isso é um absurdo. A gente precisa de concurso para todas as áreas, a gente precisa de criação de novas carreiras. A gente precisa de psicólogo e assistente social na educação, a gente precisa de produtor cultural na cultura. A gente precisa de carreira. A gente precisa construir essa cidade que está sendo desmontada.

E quando desmonta a cidade, as políticas públicas caem na cabeça dos servidores. Caem literalmente, porque quando você está fazendo um trabalho de três, quatro pessoas, você adoece.

Nunca houve tanto suicídio entre servidores como na Prefeitura do Ricardo Nunes. É uma tristeza. É um horror. É uma gestão que não se importa, que os seus próprios trabalhadores estão morrendo, é uma gestão genocida. E nós seguiremos em luta pela vida, nos nossos locais de trabalho, na greve, onde for necessário. Seguiremos em luta.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Sr. Ernani, da Associação dos Contadores do Município de São Paulo.

O SR. FRANCISCO ERNANI RAMALHO GOMES – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa da Presidente Edir Sales. Eu represento a Associação dos Contadores do Município de São Paulo; portanto, fico um pouco à vontade aqui para falar de números.

O Vereador Celso Giannazi trouxe alguns números aqui, mas é preciso deixar claro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 27 DE 91

fls 28

que a relação do salário é feita com o nível de arrecadação do ente que paga o salário, sem dúvida. E na sessão pública da quarta-feira, na primeira votação, o Vereador Rubinho Nunes respondeu à indagação do Toninho Vespoli, com duas palavras: Por que só 2,16 %? E o Rubinho Nunes respondeu, está gravado, duas palavras: “Responsabilidade fiscal”. De fato, esta gestão tem, sim, responsabilidade fiscal; ela cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é inegável.

O que nós estamos trazendo aqui é a correlação do comprometimento da folha de pagamento dos salários com os limites legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa é a correlação que deve ser feita.

Já foi citado aqui, mas eu vou repetir, no Rio de Janeiro, foi concedido um aumento de 5,26%. E, para conhecimento de vocês, da Comissão, porque ninguém fala disso, o comprometimento do salário dos servidores da Prefeitura do Rio de Janeiro corresponde a 50% da receita corrente líquida. Essa relação que deve ser feita para avaliar se está cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vou dar outro exemplo. Santos concedeu um reajuste de 8%. O comprometimento da folha de pagamento dos servidores de Santos em relação à receita corrente líquida é de 40%. Os limites legais – e gravem esses números: limite prudencial, 51,30%; limite máximo, 54%. São questões de ordem técnica, de ordem legal, de ordem orçamentária. E não tem nenhum viés político na minha fala, faço questão de registrar isso.

Aproveito a oportunidade para agradecer a Vereadora Edir Sales, o Vereador Fabio Riva, Celso Giannazi, Vereadora Luna, Vereadora Luana, Vereador Toninho Vespoli, Vereador Eliseu Gabriel, enfim, os Vereadores que fazem parte desta Comissão e que têm nos recebido. Nós temos levado a eles essas informações e, felizmente, alguns deles reproduzem aqui as informações técnicas que nós, contadores, levamos para eles.

O meu tempo já está avançando e peço perdão pela demora, Vereadora, porque estou trazendo questões de ordem técnica e demora, que acho importante. Para concluir, o comprometimento da folha de pagamento da Prefeitura de São Paulo é de aproximadamente 30%. Isso quer dizer que a Prefeitura de São Paulo tem uma margem muito grande para

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 28 DE 91

aumentar esse índice, sem comprometer a sua responsabilidade fiscal.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, que faz parte da Comissão de Educação.

Por gentileza, Vereador, no máximo, por cinco minutos, e, os inscritos, três minutos, senão não vamos sair daqui hoje. São muitos inscritos para falar.

Tem a palavra a Vereadora Elaine do Quilombo.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde a todos que estão à Mesa.

Quero saudar, com entusiasmo, todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui e lá fora também, que estão em greve desde a semana passada. E saudar sempre a possibilidade de luta é muito importante porque esta Casa precisa respeitar a luta dos servidores e servidoras.

Eu acho que o Vereador Eliseu tocou num ponto muito importante em sua fala: que nós podemos discutir responsabilidade fiscal, dados técnicos, mas estamos falando de uma opção, de uma posição política e ideológica. Vir conversar sobre um aumento de 2% para os servidores é praticamente falar de uma margem de erro do Prefeito Ricardo Nunes, não estamos falando de aumento real, não estamos falando nem de recuperação salarial. Estamos falando de um posicionamento.

Só para ilustrar: eu acho que não podemos falar que, se considerarmos o salário padrão dos ATEs, nós estaríamos falando de 1,28 [real] por dia. Se considerarmos, dependendo da carreira do professorado, três reais por dia. Com isso não dá para comprar nem a garrafinha de água que o Prefeito Ricardo Nunes comprou por 150 reais no Carnaval na cidade de São Paulo. (Palmas) E isso sem considerarmos a privatização da Sabesp, que está vindo e que provavelmente vai aumentar a água. Vemos que essa situação só vai piorando.

Embora tenhamos ouvido, inclusive, o Secretário, que presente, e que sempre vem apresentar as contas na Comissão de Educação, e apresenta os feitos que tem feito na

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 30

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 29 DE 91

Secretaria de Educação, quando se desce no chão da escola e se conversa com o professorado, ou quando se conversa com os profissionais da saúde, é o contrário, não reverbera. O que ouvimos na comissão não se encontra no que os servidores estão falando, porque estamos falando de uma cidade de São Paulo da falta, da falta de tudo – de funcionário público, de condições de trabalho, falta manutenção do fumacê, quando falamos de dengue. Falta o mais básico do básico na cidade de São Paulo para os servidores.

A Lira falou da Secretaria Municipal de Cultura, que tem um orçamento que não chega nem a 2%. Acho que este ano não chegou nem a 1% do recurso da cidade de São Paulo. E nós temos um decréscimo de 25% dos servidores e das carreiras na cultura da cidade de São Paulo.

A Lira falou do adoecimento e da demora que os trabalhadores têm para receber na Secretaria Municipal de Cultura.

Eu estive à frente por dois anos da Subcomissão de Cultura na Câmara, e, uma vez questionada a Secretaria Municipal de Cultura sobre o porquê de tanto atraso, responderam que a servidores morreu; e, como a servidora morreu, não tinha ninguém para ficar no lugar. E aí as pessoas ficaram sem receber. Esse é o quadro do funcionalismo público municipal de São Paulo.

Quando falamos de reajuste, temos que pensar se queremos recuperar a qualidade do serviço público, garantir que a população tenha qualidade no serviço público, e essa conta não vamos fazer se não tivermos vontade política de fazer isso acontecer. (Palmas) E eu imagino que é isso que está acontecendo na cidade de São Paulo.

Para não ocupar muito tempo: eu concordo profundamente que quem tem que falar em audiência pública são os trabalhadores. Então, quero falar pouco. Mas quero falar que existem essas necessidades urgentes na cidade de São Paulo.

Quero lembrar que o serviço de saúde, inclusive, foi um dos primeiros que teve mudança para abono. Eu ainda era funcionária da saúde, de Zoonoses, do grupo de agentes de endemia. E nós percebemos, ao longo da carreira, como isso atrapalha depois o funcionalismo na hora de aposentar, por exemplo. E lembrando, inclusive, que os trabalhadores da educação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 30 DE 91

têm o confisco, que precisamos rever. Então, são muitas questões, e elas não são somente técnicas. Aqui, falamos de uma casa política que toma decisões política, os Vereadores têm condições de tomar decisões políticas. E nós temos, sim, condições técnicas de fazer com que essas condições políticas sejam honradas.

E eu quero terminar fazendo um pedido, já que temos o Secretário aqui, sobre os ATEs.

Sabemos que há um contrato se encerrando na semana que vem, outras pessoas estão sendo contratadas, alguns estão sendo chamados, mas não vai haver tempo hábil. Então, há um risco grande de não termos ATEs qualificados, ou mesmo não ter ATE em algumas unidades. E se é possível que a Secretaria avalie um período de transição, com um aditamento de pelo menos 30 a 60 dias para essa categoria que seria fundamental nas escolas.

Mas quero terminar dizendo que nós temos uma discussão política para fazer aqui, porque é uma decisão importante para a cidade de São Paulo, importante para o município, importante para o funcionamento da cidade.

Obrigada. Bom dia. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para participar, de forma *on-line*, tem a palavra a Sra. Vanda Maria Andrade da Gama. (Pausa)

Sra. Marta Regina Nardy. (Pausa) Sra. Patrícia Maria da Silva. (Pausa) Sra. Jaqueline Acebedo. (Pausa)

Passemos à chamada dos oradores presenciais.

Tem a palavra o Sr. Renato Rodrigues.

Pedimos que tenham consciência em relação ao tempo de fala, porque a nossa ideia é encerrar às 14 horas. E já são 12h54.

Com a palavra, o Sr. Renato.

O SR. RENATO RODRIGUES – Bom dia a todos.

Eu sou o professor Renato da rede municipal e da rede estadual, e diretor do Sinpeen. E estamos na luta contra o subsídio.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 31 DE 91

fls 32

Gostaria de cumprimentar toda a Mesa. Em especial, cumprimento o Vereador Toninho Vespoli, que vem fazendo uma defesa exemplar na Câmara Municipal. E é na luta que mudamos a vida.

A discussão está muito no ponto do aumento; mas essa é uma política que já aconteceu em 2013, quando deram o golpe. Muitos desses que querem destruir o plano de carreira são aqueles que são contra a ciência, são aqueles que perseguiram os professores, aqueles que queriam colocar escola sem partido. Então, são esses que estão construindo esse projeto de retirada de direitos dos trabalhadores.

Primeiro: nós temos 12 CEUs na cidade de São Paulo que foram construídos, e o contrato de 54 milhões com a administração do Instituto Baccarelli.

Temos, na cidade de São Paulo, o avanço das terceirizações e das conveniadas. Agora, no final do ano, apareceu a municipalização das escolas estaduais. Portanto, dinheiro tem. Mas eles têm o quê? Eles têm o lado deles. Qual é o lado? São os setores privatistas e o capital financeiro.

Aqui, eles aprovaram um projeto diretor. E esse projeto diretor atendeu os interesses de quem? Atendeu os interesses dos construtores, das grandes construções e das entidades que estão aí. E outra questão que tem que ser levantada é a das conveniadas.

Nesse sentido, eles têm projeto deles: redução do estado, em benefício do capital financeiro. Eles querem reduzir e atacar os serviços públicos. Eles são aqueles que defenderam que queriam privatizar a UBS. São eles que são contrários. Então, temos que ter clareza que o projeto é um projeto de estado. Conseguimos derrotá-los, mas ainda insistem na cidade de São Paulo. E este prefeito está na mesma linha, na mesma consonância, do estado. E nós temos o Secretaria da Educação, do município e do estado, que foi chefe de gabinete do estado por nove anos no governo do Herman. Eu trabalho no estado, e eu tenho certeza de que alguns colegas trabalham. Então, é basta falar a política de desmonte que aconteceu no estado e que está acontecendo.

Então, nós temos que nos organizar e estarmos nas ruas, estarmos na luta, porque

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 32 DE 91

temos que também reivindicar o nosso aumento; mas esse é um projeto de acabar com o estado, as suas políticas e os serviços sociais. É isso que nós temos que ver.

Temos que contextualizar, não podemos ficar somente na questão do aumento. O que é importante é ver as condições de trabalho. Eu estou visitando as escolas, como todos estão visitando, e são quatro alunos com necessidade, com deficiência, e não é uma sala com 30 anos, e não tem AVEs, não tem quadro.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Conclua, por favor.

O SR. RENATO RODRIGUES – Vou concluir.

Eu fui visitar uma escola, a Danilo José, em Itaquera. Deu uma enchente na escola e não teve aula. E, no outro dia, estava o trator, todo mundo lá resolvendo. Ou seja, é fazer o asfalto e não fazer o trabalho que tem que ser feito.

Nesse sentido, nós temos que falar: fora Nunes. E fora todos esses que estão com esse projeto liberal. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para participar de forma *on-line*, tem a palavra a Sra. Vanda Maria Andrade da Gama. (Pausa)

Tem a palavra a Vereadora Luna Zarattini. (Pausa) Ela saiu.

Tem a palavra a Vereadora Silvia, que nos dá a honra da sua presença nesta comissão.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Salve, salve, todos os servidores públicos que estão em luta, que estão em greve.

Eu sou professora da rede municipal de ensino, já fiz muitas greves, e eu sei que fazer greve não é uma coisa que gostamos, é porque precisamos.

Saúde, primeiramente, todas, todos e todes que estão aqui hoje em luta, em greve, defendendo o serviço público municipal. (Palmas)

Quero dizer que o que esta audiência pública mostra com essa sala lotadas, com as falas de todos os presidentes de sindicato, com as falas dos servidores públicos, é que existe uma insatisfação generalizada com a proposta apresentada pelo Prefeito Ricardo Nunes.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 33 DE 91

Ninguém está contente com 2,16%. Ninguém. Não somente os servidores, mas também pais, também a comunidade.

Eu estou com um abaixo-assinado que foi feito por iniciativa da EMEF Millor Fernandes, lá do Campo Limpo, com mais de 6 mil assinaturas, um monte de assinaturas de pais, de mães, de responsáveis. A comunidade está com os servidores. A população de São Paulo está com os servidores, porque sabe que é o servidor, que o professor, que é o agente de endemias, que é o trabalhador da saúde, que é o trabalhador do serviço funerário, que faz o serviço público para a população, para o povo de São Paulo. Então, temos, sim, o apoio da população. A população de São Paulo está conosco. A prova é esse abaixo-assinado trazido pelo pessoal da Escola Millor Fernandes. (Palmas)

Não é razoável a proposta de 2,16% para a capital mais rica do país. Eu fiz um levantamento de todas as capitais, e a capital com o índice mais baixo é São Paulo. Em Teresina, o Prefeito mandou para a Câmara Municipal o projeto de 5% de reajuste. Os Vereadores não aprovaram os 5%, aprovaram 20% de reajuste. (Palmas) Este deveria ser o exemplo da Câmara Municipal de São Paulo: não aprovar os 2,16%, fazer uma proposta melhor, porque é para isso que a Câmara Municipal tem que servir. A Câmara tem que ser a voz do povo. E a voz do povo é: “Não queremos esse reajuste ridículo, miserável, porque tem dinheiro em caixa”. Se não tivesse dinheiro em caixa, entenderíamos; mas tem, tem recursos, não vai comprometer a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gente, nessa situação, também queremos reivindicar a isonomia: o que vale para um tem que valer para os outros. O que vale para os servidores da Câmara Municipal e o que vale para os servidores do Tribunal de Contas do Município têm que valer para o professor. (Palmas) Tem que valer para o trabalhador da saúde. Sim, são servidores valorosos que trabalham na Câmara Municipal, mas nós que trabalhamos na escola também temos que ter o nosso valor. Por que é 4,6% para um e 2.16% para outro? Isso é desigualdade na mesma prefeitura. Não pode ser. O que um recebe, o outro também tem que receber. Nós queremos que recebam mais; mas, no mínimo, tem que ter isonomia, tem que ter tratamento igualitário, porque, senão, o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 34 DE 91

fls 35

Prefeito está privilegiando uns em detrimento de outros. E isso é inaceitável.

Por último, eu queria dizer o seguinte: estamos aqui, hoje, porque queremos dialogar com a gestão, queremos dialogar com o Secretário Padula, com a Secretária Marcela, com o Líder do Governo, porque nós queremos uma proposta que não sejam esses 2,16%.

Eu protocolei uma emenda, inclusive, com sugestão dos sindicatos, para dizer o seguinte: nós queremos negociar. Nós queremos que o governo, hoje, nessa cadeira, fale uma proposta que não sejam os 2,16%. (Palmas) Porque, senão, para que serve uma audiência pública, senão para o pobre falar, e o governo elaborar uma proposta decente? (Palmas) É isso que nós queremos.

A emenda está protocolada, a emenda é de reajuste, mas de forma escalonada, até o mês de julho.

Gente, não vamos esmorecer. É a luta que faz a conquista. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Eu vou ter que sair agora, porque tenho um compromisso inadiável; mas eu vou e volto. Enquanto isso, o Vereador Celso Giannazi vai conduzir esta reunião até a minha volta. Ele, que é um Vereador democrático, respeitoso, vai presidir esta reunião até eu voltar.

Muito obrigada, Vereador Celso Giannazi.

- Manifestação do público.

- Assume a presidência o Sr. Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vamos dar continuidade à nossa audiência pública.

Chamo, de forma *on-line*, a Sra. Vanda Maria Andrade da Gama. (Pausa) Já foi.

Tem a palavra a Sra. Marta Regina Nardy. (Pausa) Já foi.

Presencialmente, tem a palavra a Sra. Flávia “Assunção”, representando o Sindsep.

São três minutos para dialogarmos.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO – Eu só vou corrigir: é Flávia Anunciação, por favor. É com muito orgulho que eu carrego o meu sobrenome.

Eu sou a Flávia, trabalhadora da saúde. E eu queria dizer dialogar com os Vereadores Giannazi, Fabio Riva.

A impressão que temos, e é sempre uma pergunta que eu me faço, que é o que senhores gostam de ouvir, principalmente, os Vereadores que estão na Base do Governo. E o que gostam de ouvir? Porque este Plenário é a representação do município, do que sente a municipalidade lá na ponta. É uma inverdade quando os senhores entram em determinadas unidades, principalmente, geridas por OSs, onde os senhores são recebidos, e os trabalhadores têm somente um sorriso no lábio, como aqueles trabalhadores do McDonald's, terceirizados, e que não têm autonomia para dizer para vocês qual é a realidade cotidiana com que eles entregam o serviço na ponta todos os dias. Então, seria muito legal se esta Casa gostasse, não se sentisse incomodada, quando entramos para dizer qual é a realidade da entrega do serviço público na ponta, seja por trabalhador terceirizado ou por trabalhador da administração direta, porque isso daqui é a representação de todos os municípios desta cidade de São Paulo.

Queremos falar sobre responsabilidade.

Legal, responsabilidade. Mas diga para mim, Dra. Marcela, qual é o gasto com o RH dos terceirizados, que suplanta, em muito, aquilo que é gasto com os trabalhadores da Administração Direta? Sabe o que vai significar 2,16% em muitos holerites? O aumento da margem para o cara se afundar mais ainda em consignado – que as empresas de consignado recebem de vocês os nossos dados. (Palmas) Isso vai significar aumento para o cara se afundar mais nos consignados. Tem gente, hoje, que não tem mais quase salário, porque está todo comprometido com consignado. Em outros salários, vai significar a retirada do vale cesta, uma redução. Esses 2,16%, o imposto de renda vai comer e o Funfin vai comer.

De que responsabilidade estamos falando com o conjunto do funcionalismo? Responsabilidade? Responsabilidade com a saúde, quando se tem os hospitais lotados por dengue e Covid? Porque dengue começa com a zeladoria da cidade, que não foi feita. (Palmas) Cadê a responsabilidade? Dengue começa com a zeladoria. Dengue começa com a irresponsabilidade do desmonte do sistema de vigilância, em que vocês fizeram uma

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 36 DE 91

descentralização, não previram reposição de RH; o RH que foi reposto foi por força de ação numa mesa de negociação com o Ministério Público, mas não previram veterinário, biólogo e agente de endemia, um pensa política, o outro está na ponta executando.

A CS não é agente de endemias. Responsabilidade? *Drone*? Agora que a epidemia está instalada? O que vai acontecer com o *drone* no meio da Brasilândia? Vai ser abatido. Responsabilidade? Quando o fumacê, o contrato, é um contrato com uma máquina que não dá conta de pulverizar o veneno?

Responsabilidade? Quando o Prefeito vem e mente sobre os dados da Vigilância? De que responsabilidade a gente está falando aqui?

Outra coisa, a greve só foi deflagrada depois que o prefeito fez a proposta indecente de 2,16% para o conjunto do funcionalismo. (Palmas) A greve não foi deflagrada antes. A greve é resultado de uma decisão administrativa de vocês, que não têm responsabilidade com o conjunto funcionalismo.

E, por último, aplauso, não paga os nossos boletos, não põe o arroz e o feijão na nossa mesa. E o que a gente está brigando aqui é para conseguir, dignamente, usar os nossos salários para poder colocar o arroz e o feijão nas nossas mesas.

Por último, por último: Hospital do Servidor. Vocês conseguiram a proeza de entregar as áreas críticas do Hospital do Servidor, pronto-socorro, UTI, para uma empresa, contratualização de mão de obra, que, no Mato Grosso, conseguiu com que todos os pacientes do leito Covid morressem, 100%. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado.

Vou chamar a próxima inscrita, de forma presencial, a Lígia Mendes, que é servidora municipal do Movimento de Luta de Classes.

A SRA. LÍGIA MENDES – Boa tarde a todos e todas.

Tem muita gente importante aqui mesmo, muitos servidores que constroem esta cidade, ansiando por falar a realidade da nossa cidade, da situação porque a classe trabalhadora, servidora, está passando. Eu sou Lígia Mendes, sou da Vigilância em Saúde do nosso município,

sou da zona Leste e sou do SINDSEP, também, e do Movimento Luta de Classes.

Vou engatar na fala da Flávia, porque é cínica a forma que os Vereadores que apoiam este projeto falam sobre responsabilidade fiscal - e o Prefeito também -, sendo que mentem que têm responsabilidade para com a nossa cidade.

E, fora tudo que já foi colocado, por conta da nossa campanha, o descaso com os servidores, a gente vai falar sobre responsabilidade. A responsabilidade desta cidade que não investiu totalmente a verba que tinha para a prevenção das enchentes, e a gente está vendo essa tragédia que está acontecendo na nossa cidade: os bairros todos se acabando, as famílias perdendo a paz, perdendo as coisas.

Que responsabilidade é essa? Que responsabilidade é essa que entregou os cemitérios para essas empresas, que privatizou; o povo, pagando uma fortuna; os cemitérios abandonados; os trabalhadores sem receber salário. É isso.

Essa é a gestão da privatização, da terceirização, é a gestão de acabar com os direitos dos trabalhadores, entregar a cidade, vender e deixar o nosso povo à míngua. Que responsabilidade fiscal é essa com esses contratos emergenciais sem licitação? Está na cara que é corrupção.

Que responsabilidade fiscal é essa que comprou essas armadilhas para dengue que não serve para nada, numa política mal planejada, gastando 400 reais numa alternativa superfaturada? (Palmas) Está na cara. Que responsabilidade é essa?

Que responsabilidade é essa que lava as mãos agora com a Enel, deixando o nosso povo sem energia e que está sentando com o Governo para privatizar a água. O povo de São Paulo é contra a privatização da água. O plebiscito já provou, e ele não... ele vai querer fazer um plebiscito no nosso município?

Então, quando vêm falar de responsabilidade fiscal com o nosso reajuste do servidor, é mentira, é cinismo.

Como trabalhadores, como lutadores, militantes revolucionários desta cidade, vamos colocar em todas as praças, paredes, muros, quem que está sendo conivente com essas

mentiras e aprovando esta lei que quer acabar com o serviço público, como já foi colocado aqui.

Não é nada razoável essa proposta. É luta de classes. Esse Governo quer acabar com a classe dos servidores, com a classe trabalhadora, porque nós servidores podemos enfiar o dedo na cara dele e falar isso é mentira, isso é corrupção, isso está errado, nós não vamos colaborar com isso. (Palmas)

Nós, organizados, podemos e vamos resistir. Vamos alcançar agora e nas futuras vitórias para a cidade de São Paulo que merece, o nosso povo que está nas periferias, debaixo d'água, a minha rua, o meu bairro, está lá com um buraco na rua que há 15 dias a Subprefeitura de Guaianases iria arrumar e não arruma não.

O povo sabe quem mente. É a gente que está na ponta vai contribuir para destruir agora e nas próximas eleições e, no futuro, essas políticas fascistas de retirada do direito do povo trabalhador de São Paulo e dos servidores públicos. (Palmas)

Vamos continuar na luta, sem desistir e escancarando esse cinismo e essa mentira destes Vereadores da Base e desse Prefeito mentiroso. Aqui não é mentira não, a gente está na ponta e a gente sabe toda organização da classe trabalhadora.

Viva os servidores em luta, em greve! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Lígia.

Próximo a fazer uso da palavra, na ordem, é o Vereador Fábio Riva, que é Líder do Governo na Câmara Municipal.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, eu, até pelo número de inscritos, eu vou abrir mão, porque tem muita gente para falar. Eu falei que os Vereadores já falam bastante aqui. Fiz até essa sugestão.

- Manifestação do público.

O SR. FABIO RIVA – Se vocês querem que eu fale, eu falo. Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Olha, Vereador Fábio Riva, a gente quer, ao final, com tantos pontos que estão sendo colocados pelas entidades sindicais, pelos

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 39 DE 91

servidores públicos, pelos Parlamentares, a gente quer uma resposta do Governo no final desta audiência pública, para encaminhamento.

Então, deixem-me chamar o próximo, para a gente poder andar. Na lista, é o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Então, boa tarde a todos e todas, sindicalistas, à mesa, em nome do Secretário Padula e do Celso Giannazi que está presidindo este momento, queria cumprimentar todos e todas, aos sindicatos, todos e todas.

Primeiro, eu queria aproveitar, Secretários, já que estão aqui, eu vim da UBS Mooca, agora, e Aricanduva, pela manhã. Sabem quantos carros têm para fazerem o fumacê e outras questões? Seis carros. Sabem quantos estão funcionando? Nenhum. Os seis carros estão quebrados. Eles tiveram de fazer um contrato de aluguel de um único carro.

Então, hoje você tem servidor - vocês chamaram os servidores que estavam nas UBSs, que estavam espalhados, para um local em que só tem um carro funcionando, o qual é alugado. Então, tem um monte de servidor lá parado, e eu não entendo isso. Entendeu? Quando a gente tem uma endemia, praticamente, uma pandemia na cidade de São Paulo.

Então, eu queria falar isso e pedir providência para vocês, porque não é possível ter um carro só funcionando lá.

Queria falar outra coisa, colocar um elemento a mais para a gente pensar: nós vivemos um período muito difícil nos quatro anos da Gestão Federal passada, quando os trabalhadores, como já foi falado, perderam direitos. E, agora, nós estamos em um outro momento, tanto o é que, em um ano do Governo Lula, já tiramos metade das pessoas que estavam no mapa da pobreza.

Por que disso? Então, eu vou falar: dados preliminares mostram que 88% dos reajustes de fevereiro ficaram acima da inflação. O DIEESE fez uma pesquisa com 117 negociações de várias categorias públicas e privadas. O que ele constatou? Constatou que 88% de todas essas categorias tiveram resultado de ganhos acima da inflação, ou seja, recuperando renda perdida; 9,4 % ficaram com as perdas acumuladas, ou seja, conseguiram só a infração,

não conseguiram o aumento real; somente 2,6% que ficaram abaixo da infração.

Eu não acho que a Prefeitura Municipal de São Paulo deva fazer parte dos 2,6%, Secretários. Não é possível que a gente, com 30 bilhões em caixa, 28 bilhões em caixa, e eu estou muito aqui, sintonizado com a Claudete, porque eu sempre faço minha fala política, eu não trago *slide*, e eu resolvi trazer, também, porque até eu pensei que o Governo fosse colocar os *slides*, porque o Governo, sempre quando vem nas audiências públicas, acaba colocando os *slides* primeiro. Eu não sei se isso é porque não consegue justificar. No debate político, da primeira votação, os Vereadores perderam o debate político, porque também não conseguiram explicar. Então, Claudete, você falou que eu sou professor, estamos bastante sintonizados.

Quero mostrar, matematicamente, que é possível a gente conseguir sem ter nenhum problema.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Por favor, põe o primeiro *slide*.

O primeiro *slide* é de vocês, nos quais colocam: professor PEI; professor ATE, professor PEIF; vocês não sabem da carreira do magistério. Não existe professor ATE. (Palmas) Fico olhando... isso é documento oficial da Secretaria.

Eu poderia falar, página a página, do que eu vi, mas não vou ter tempo. Peguei só algumas, está bem? Como, por exemplo, agente escolar, começando com 1.878 reais. Quantos anos não tem concurso de agente, cujos cargos estão em estado de vacância? De onde foi arrumado que o salário inicial deles é 1.800 reais e uns quebrados?

Então, a impressão que me dá é a de que as coisas foram feitas assim: “vai fazendo, meio que para justificar”, porque quem é da carreira sabe que isso não existe.

E mais, Secretária, falar que uma pessoa vai acabar com 3.600 reais... eu visito escola, praticamente, toda semana, cerca de oito escolas por semana. Digo a senhora: se pegar um agente escolar que esteja ganhando 2.500 reais, com 70 anos, ela não se aposenta. “Ah,

tem direito de não se aposentar”, sabe por quê? Porque o salário dela, na aposentadoria, vai cair 40% se ela não tiver paridade, integralidade. Então, ela fica até 75 para poder viver, para poder comer. Essa é a realidade das pessoas. (Palmas) Desculpe-me, isso daqui é para quem não entende, ou só vê os números, da carreira.

Coloque o outro *slide*, por favor.

Vi o impacto financeiro. Só que o impacto financeiro tem que estar atrelado ao orçamento. Então, eu vi 980 milhões; depois, 2 bilhões e 400 milhões; 2 bilhões e não sei o quê, só que é isso. O que eles não falam é que essas mudanças nas carreiras ao longo dos anos, acabaram fazendo para compensar uma inflação que era de 0,01. Então, quando vocês falam que colocaram esse investimento, só que não estão descontando a inflação que não deram no período. Então, é meia-verdade.

Embaixo tem o crescimento, mas o que é mais importante está no próximo *slide*. Ele coloca qual que é o peso da despesa do servidor na receita corrente líquida. Você percebe o quê? Olha, como está descendo. Ou seja, você pode ver que, depois de 2020, a inclinação é maior. Ou seja, cada vez menos, gasta-se com o servidor público no orçamento.

É esse o debate. O debate que o Governo não quis fazer, porque, na hora do debate também técnico, eles não sustentam a posição de ter que dar uma mixaria de 2,16% para a gente.

Mais ainda: se a gente pegar o próximo *slide*...

Estou concluindo, Celso.

Se a gente pegar o Poder Executivo, nós estamos com 29% de despesa da receita corrente líquida; pode chegar com sinal de alerta, de limite, 48,6%; 54% é o que não se pode passar. Olha, de 29 para 54%.

Então, não tem nenhuma justificativa econômica para falar assim, olha, não tem condição de valorizar.

Vou deixar a última tabela para vocês, mas eu fiz, também, o cálculo do impacto, se a gente chegasse até quase 16%. Vai ser em torno de 2 bilhões. Em um orçamento que está

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 42 DE 91

fls 43

subindo, esses 2 milhões eram factíveis e estariam muito longe ainda do limite que é necessário.

O Governo não consegue se explicar por conta disso.

Está perdendo, também, no debate político. E eu queria escutar, inclusive, os Vereadores da Base. Eu estou aqui para ser convencido. Convençam-me para mudar meu voto, mas, até agora, não teve nenhum argumento nem técnico, nem político para isso. (Palmas)

E, para os servidores públicos, a luta continua. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Toninho.

A próxima inscrita está *on-line*, Patrícia Maria da Silva, que é uma servidora da assistência social.

Vamos lá. (Pausa)

Próximas: Jaqueline Acebedo e Daniela das Graças da Silva Avelino, que é professora da Educação Infantil. (Pausa) Também não. Então, deixe-me chamar os inscritos de forma presencial: Débora Cruz, da AMAASP, com você a palavra, Débora.

A SRA. DÉBORA CRUZ – Boa tarde a todos da mesa.

Vou tentar ser o mais breve possível. A gente está debatendo essas questões hoje, E eu gostaria muito que os Vereadores da Base, a Secretária Marcela, o Governo em geral, nos ajudassem, explicassem para a gente como sobreviver com esse salário e com esse aumento de 2,16%. A gente tem aluguel, comida, plano médico, uma série de coisas que precisa resolver. Como outros colegas já falaram, a gente está com o salário archoado por consignado; a imensa maioria dos trabalhadores, dos servidores, está procurando outras fontes de renda, porque com o salário não consegue sobreviver.

A gente não consegue comer com um VR que não chega a 30 reais; e que, mesmo com esse aumento, vai chegar em 27 vírgula alguma coisa. Então, não chega a 30 reais para uma refeição. E, com essas regras, as faixas de recebimento vão precisar mudar também. A gente teve alteradas as nossas regras de férias. E, com tudo isso, vocês iam oferecer para a gente 2,16%. É um deboche com a nossa cara.

Eu represento a AMAASP, Associação de Assistentes de Suporte Operacional e

Assistentes Auxiliares Administrativos de Gestão, as duas categorias com os menores salários na Prefeitura. Estive na última audiência em que um Vereador, do qual eu não vou citar o nome, disse que salários na Prefeitura começam em 6 mil reais e que a gente está muito bem. É um cara que nunca pegou um ônibus na vida, que não sabe o que é comer marmita, que não sabe o que é trabalhar de segunda a sexta, ou de segunda a sábado, o que seja, vir ofender a gente, dizer que a gente está bem e que está pedindo demais. A gente está pedindo demais?

- Manifestação do público.

A SRA. DÉBORA CRUZ – A gente não onera a máquina pública, porque a gente trabalha o tempo todo revertendo as nossas contribuições também para a máquina pública.

Fala-se em Lei de Responsabilidade Fiscal, limite prudencial, restrições orçamentárias, a gente sabe o que é isso na nossa vida, porque tem também limites colocados pelos senhores nas nossas vidas, nos nossos holerites. Quem gosta de guardar dinheiro, quem está se sentando em cima de dinheiro público, é o Prefeito Ricardo Nunes, é essa administração. Está guardando esse dinheiro para quê? Está guardando esse dinheiro para quem?

- Manifestação do público.

A SRA. DÉBORA CRUZ – A gente precisa lembrar que quem gosta de terceirização é empresário ou é bobo. A gente aqui que não é empresário e também não é bobo, a gente está lutando contra.

O reajuste de 2,16 é um valor menor do que o que foi ofertado para os aposentados sem paridade. Não faz o menor sentido, não tem lógica. A gente tem caixa para um reajuste decente, a gente tem lógica matemática, lógica legislativa, porque os valores já foram mostrados diversas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Concluindo, Débora.

A SRA. DÉBORA CRUZ – Vou concluir. Dá para fazer uma coisa melhor sem afetar a lei de responsabilidade fiscal, sem afetar o limite prudencial.

Existe caixa, existe tudo, o que não existe é realmente vontade política. O que não existe é a valorização que o governo finge existir no Instagram, na mídia, enquanto a gente sabe

a verdade. O que não existe é vontade política.

Há uns anos, eu vim aqui e eu me ofereci para trocar de holerite com qualquer vereador da base governamental. Então, mais uma vez, eu repito essa oferta, quem quiser trocar comigo, está disponível, viu? Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – O próximo da lista que eu vou chamar é a Lourdes Estevão, do Sindsep. Tem muitos servidores inscritos na lista organizada pela Presidente Edir Sales. A gente vai chamar todos.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Só um momento, Vereador Fabio Riva. Agora, eu pediria que a gente observasse o limite. Eu vou dizer, quando estiver chegando os três minutos, porque tem muitos servidores de várias carreiras querendo falar, e é importante que falem, é importante que o governo ouça quem está no chão da escola, quem está no chão do serviço público. Então, para a gente respeitar os três minutos, para poder seguir e ouvir todos.

O SR. FABIO RIVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Pela ordem, Vereador.

O SR. FABIO RIVA – Isso é difícil mesmo, porque quem fala não vê o tempo ali na frente. A gente até tem que pedir para colocar um... porque realmente não é por mal que as pessoas passam,...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Não.

O SR. FABIO RIVA – ...é porque elas não conseguem ver o horário. Então, se o senhor avisar com 10 segundos para dar o tempo, fica mais fácil para a pessoa poder concluir, porque, às vezes, a pessoa entra num raciocínio, aí você fala: “para concluir”.

Então, se o senhor avisar faltando 10 segundos antes dos três minutos, a pessoa vai conseguir concluir o raciocínio, porque às vezes você corta o raciocínio no meio e não consegue finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Com certeza.

- Manifestação do público.

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 45 DE 91

O SR. FABIO RIVA – É, eu sei. Por isso eu estou falando, é que a gente não tem o tempo para ver.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vereador Riva, está certo. Não é por mal não, é por angústia que a gente tem de falar, querer falar.

Lourdes, com você a palavra.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Boa tarde, companheiros e companheiras. Boa tarde à Mesa. Eu vou ficar nos meus três minutos. Vou fazer esse esforço grande.

Mas o que eu quero começar a dizer é o seguinte, a gente vai ouvindo que não tem problema na lei de responsabilidade fiscal. Já foi provado que não tem problema de verba, que tem 30 bilhões em caixa. E aí eu fico perguntando, se não tem problema com a lei de responsabilidade fiscal, se tem dinheiro, esse governo deve estar investindo para caramba nas unidades. Aí a gente mora no território e vai perceber que lá no território não tem medicação na farmácia. Não tem dipirona, não tem Capoten, não tem insulina. Aí a gente vai ver que lá no território, o vizinho, aquela vizinha, não tem fralda. E aí nós vamos ver que as unidades, principalmente as unidades que estão na mão da direta, estão caindo, enquanto as unidades que estão na mão das terceirizadas têm reforma.

E é somente para contar uma história, rápido. Lá na Vila Prel, com nome e endereço. Chegamos na Vila Prel junto com o movimento social e tinha uma reforma lá. Mas cara, eles estavam reformando nada. Nós chegamos lá e falamos assim: “Mas vocês estão quebrando aqui para quê? Isso daqui não precisa de reforma”. A reivindicação que a população tinha era outra.

Então, a minha pergunta é para onde vai esse dinheiro? Para onde vai esse dinheiro?

E eu acho que a gente não tem que ter vergonha de acreditar que esse dinheiro vai para o bolso de alguém. E nós, como funcionários públicos, que estamos dentro da educação, que estamos dentro da área da saúde, que estamos dentro da assistência, nós temos que chamar a comunidade para essa discussão. Porque a luta do servidor público não é uma luta só do servidor público. Ela tem que ser uma luta da população. Porque sem servidor público não existe serviço público.

E a única função dos Vereadores dentro de uma Câmara Municipal é exatamente fiscalizar. Se vocês não são capazes de fiscalizar aquilo que está acontecendo dentro das unidades, dentro dos territórios, é porque vocês não servem para ser Vereador.

- Manifestação do público.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Então, todos temos que ter responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Para concluir, Lourdes.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Para terminar mesmo. Então minha gente, eu penso que é uma vergonha, é uma vergonha para esse governo que nós estejamos aqui discutindo, tentando convencer que é impossível a gente aceitar 2,16. É impossível! Se a gente aceitar isso de cabeça baixa, nós estaremos colocando para baixo a nossa própria dignidade. Nós não aceitamos, nós não aceitamos os 2,16 e não tem arrego.

- Manifestação do público.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Não tem arrego! Tem que apresentar outra proposta para a gente discutir. Tem que apresentar, em respeito aos trabalhadores e em respeito à população paulistana.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Lourdes. Respeitando a lista, vou chamar o próximo dos parlamentares, o Professor, Deputado Carlos Giannazi, que é membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa e servidor público municipal de São Paulo, Diretor de escola da rede municipal.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Boa tarde, servidoras e servidores municipais. Quero cumprimentar todos vocês, as entidades, as combativas entidades representativas do funcionalismo público municipal; cumprimentar todos os membros da Mesa, os parlamentares, os representantes do Poder Executivo e manifestar o nosso total apoio à luta de vocês, que é a nossa luta também. Porque eu, além de deputado estadual, sou integrante da carreira do Magistério Municipal desde 1985, quando ingressei como professor, depois diretor de escola e continuo sendo, estou licenciado do meu cargo lá na EMEF Miguel Vieira Ferreira. E tenho acompanhado todas as lutas do funcionalismo municipal também.

E quero dizer, rapidamente, que a cidade de São Paulo tem o orçamento mais confortável da sua história. É o maior orçamento da história e é o mais confortável, porque essa gestão está se beneficiando da renegociação da dívida com a União, feita na gestão Haddad, e de outra, que foi feita agora, com o Campo de Marte. Ou seja, a cidade de São Paulo não tem mais dívida com a União. Então está muito fácil, está muito confortável para o governo dar um reajuste digno para todos os servidores e servidoras do Estado de São Paulo.

E quero dizer que esta audiência pública de hoje já é vitoriosa. Nós já ganhamos o debate aqui do ponto de vista técnico, do ponto de vista orçamentário e do ponto de vista político, minha gente. (Palmas) Porque, olha, a lei de responsabilidade fiscal é mais do que respeitada. Nós somos contra essa lei. Essa lei de responsabilidade fiscal foi aprovada pelos tucanos, pelo Fernando Henrique Cardoso, para canalizar dinheiro dos servidores para pagamento dos juros da dívida pública brasileira, para enriquecer os especuladores da dívida. Mas, já que eles querem respeitar, nós não chegamos aqui, na cidade de São Paulo, nem no limite de alerta, muito menos no limite prudencial. Então tem fôlego para investir nos servidores e servidoras da Prefeitura de São Paulo, para dar o reajuste e, sobretudo também, para revogar o confisco criminoso das aposentadorias e pensões. (Palmas) Nós ganhamos essa batalha em São Paulo, na Assembleia Legislativa – eu acompanhei o tempo todo. Nós fizemos um movimento forte em São Paulo e nós conseguimos.

E o governo dizia a mesma coisa, o governo Doria, o governo Rodrigo Garcia: “Nós não temos dinheiro, vai quebrar o estado se a gente revogar”. E nós fomos pressionando, “não tem condição orçamentária”. E a mobilização, a pressão foi tão grande que o governo, no final do ano passado, recuou porque nós aprovamos o fim do confisco das aposentadorias e pensões para 600 mil servidores do Estado de São Paulo. E vamos derrotar esse confisco aqui em São Paulo também. (Palmas) Até porque – para concluir – tem vários estados já derrubando. O Estado de Santa Catarina, no final do ano passado, derrubou o confisco. E lá o orçamento é pequeno, é de 60 bilhões de reais. O Estado do Mato Grosso do Sul, que tem um orçamento de 16 bilhões apenas, olha, o nosso, da capital, está girando em torno de 110 bilhões. Lembrando

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 48 DE 91

que o nosso orçamento é o terceiro maior do Brasil, batendo praticamente todos os estados, menos o Estado de São Paulo. Mato Grosso do Sul vai aprovar agora o fim do confisco, na Assembleia Legislativa; Sergipe já derrubou; Alagoas já derrubou; vários estados e vários municípios derrubaram. E nós vamos derrubar o confisco das aposentadorias aqui na cidade de São Paulo.

Parabéns e vamos à luta pelo reajuste, pelo fim do confisco. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Deputado Carlos Giannazi.

Vou chamar a próxima, de forma *on-line*, Aline Oliveira Santos de Castro, que é assistente técnico de saúde. Está na linha? Não. Vou chamar, então, o próximo, Rodrigo de Souza Ribeiro, que é professor da rede municipal. Está na linha? Está *on-line*? Não? Então vamos passar para o próximo, Vanessa dos Santos Vicente, coordenadora pedagógica da Rede Municipal da Educação. Gente, a lista tem que andar.

Vou chamar a Laudiceia Reis, do Sindsep.

A SRA. LAUDICEIA REIS – Quero saudar os nobres servidores públicos, que são quem faz esta cidade funcionar, dizer que sou Laudiceia, trabalhadora do Sistema de Vigilância em Saúde, agente de combate a endemias, desde 2011, na cidade de São Paulo.

Eu só quero aqui denunciar as mentiras da gestão Ricardo Nunes. O Ricardo Nunes e o Secretário de Saúde mentem quando dizem que tem 12 mil agentes de combate à dengue para fazer o trabalho. A gestão sabe que está mentindo. Nós somos 1.954 e o último concurso foi em 2008. O Ricardo Nunes comprou 20 mil armadilhas para serem instaladas na casa da população, mas não tem gente suficiente para fazer a manutenção. Essa manutenção tinha que ser feita até 45 dias. Como é que nessa conta, 1.954 agentes vão dar conta de fazer essa manutenção? Esses drones, que foram comprados, não respeitam a demografia da cidade, não servem para fazer o controle.

Agora, se tem 12 mil agentes, por que vocês estão abrindo contrato de emergência de 3.200 pessoas para trabalhar com combate à dengue? Quem vai treinar essa galera? Também quero dizer que nós temos unidades de vigilância que funcionam sem ter um veterinário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 49 DE 91

fls 50

e um biólogo. É impossível fazer vigilância em saúde sem ter os profissionais qualificados para isso, e dizer que o Ricardo Nunes não usará o sistema de vigilância para fazer campanha política. (Palmas) Nós denunciaremos em cada casa que essa Prefeitura decidiu matar cada um da população com dengue.

Vocês não estão preocupados. Vocês querem punir os trabalhadores da saúde por conta de uma greve legítima? Vocês decretaram o estado de emergência depois que a greve tinha sido deflagrada. Mas o sistema de vigilância avisou, há quase um ano, que nós chegaríamos a esse ponto. E o que vocês fizeram? Essa é a gestão que desmontou a Covisa bem no meio de uma pandemia, essa gestão mente todo o tempo. (Palmas) Vai na mídia com colete da vigilância para dizer que está preocupada com a população. Usa servidor público, a imagem de servidor público para mentir dizendo que tem essa quantidade de contratados. A gente pode mostrar números e dizer que vocês não investiram, vocês estão desmontando o sistema de vigilância. Mas nós, agentes de endemias, estamos espalhados pela cidade. Nós conversaremos com cada munícipe e denunciaremos o que vocês estão fazendo.

- Manifestação do público.

A SRA. LAUDICEIA REIS – E cada um daqueles que estão internados, que tem o seu familiar internado com dengue, saberá o que a gestão Ricardo Nunes fez com o combate à dengue.

Vocês podem achar que nós desistiremos da luta porque tem uma decisão judicial. Mas nós lutaremos até destruir essa gestão. Porque nós vamos denunciar que vocês estão mentindo, vocês estão matando a população. A gestão Ricardo Nunes não está preocupada com a vida da população. Vocês não vão usar o colete da vigilância em saúde para fazer propaganda eleitoral.

Eu quero dizer que o Ricardo Nunes e o Secretário de Saúde não têm moral para vestir o colete da Vigilância em Saúde. Vocês não têm moral para vestir o colete da Vigilância. Respeitem os trabalhadores do sistema de Vigilância. Abram concurso público. Recomponham o quadro da saúde. Fora Ricardo Nunes mentiroso.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Laudiceia.

Chamando o próximo da lista, Sérgio Antiqueira, da CUT Brasil. Com você a palavra, Sérgio. Só peço a colaboração também, Sérgio, para a gente tentar se encaixar nesses três minutos, para que todos possam falar.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – A fala da Lau me emocionou para caramba, porque fala do fundo do coração dessa classe trabalhadora que está representada aqui.

Eu quero dizer sobre responsabilidade fiscal. O Prefeito Ricardo Nunes segue uma meta de ser o campeão da responsabilidade fiscal. Porque, no ano passado, ele foi o segundo pior investimento, em despesa com pessoal, com o servidor público da cidade de São Paulo, desde o início da lei de responsabilidade fiscal, em 2001. Ele foi o segundo. Ele perdeu só para o primeiro, que foi ele mesmo em 2022. Então ele tenta bater recorde atrás de recorde.

Falar de responsabilidade fiscal, precisa faltar muita vergonha na cara. O limite da lei de responsabilidade fiscal é de 54%, de 51% é o prudencial e o de alerta é de 48%. Significa que precisaria elevar hoje a despesa com o pessoal em relação à receita corrente líquida, que é de 30%, aliás, não chega a 30%, mas ela teria que aumentar 60%, não 2,16. E não é 2,16. Se você aumentar 2,16, nós estamos falando de 0,65% da despesa em relação à receita corrente líquida, em lei de responsabilidade fiscal.

Então a responsabilidade que ele tem não é a responsabilidade com a questão fiscal, é a falta de responsabilidade com a questão social. É isso que levou esse governo a privatizar os cemitérios. É isso que levou esse governo a fazer um processo de desmonte, como disse a Lau aqui, da Vigilância em Saúde e da Covisa, no meio de uma pandemia. Nós vimos isso, não há responsabilidade, é um desmonte.

A Vereadora Edir Sales estava reclamando que uma professora veio aqui, contou uma história, falou que isso aqui não é brincadeira. Brincadeira é 2,16%, porque isso é piada com a gente. Eles pegaram o número e quebraram para botar 2,16%, porque a gente exigia 16%. A gente não inventou 16%, é o crescimento da receita da cidade de São Paulo.

Então, gente, não tem nenhuma justificativa. Foram mostrados os números aqui de todas as capitais. E se a gente for para o interior de São Paulo, como Limeira, o pessoal está em greve porque o prefeito está colocando 6,5%; e 2,17% na maior terceira receita, terceiro orçamento do país. O primeiro é a União, o segundo é o Estado de São Paulo e o terceiro é a Prefeitura de São Paulo. Não tem justificativa, a não ser querer mentir para uma população que é massacrada pela retirada permanentemente de serviço público.

E isso se faz, cada vez mais, adoecendo o trabalhador, reduzindo a capacidade de compra, precarizando, terceirizando, privatizando. E é esse o objetivo do Ricardo Nunes na cidade de São Paulo.

Está encerrando o meu tempo, eu quero cumprir. E quero dizer o seguinte, os trabalhadores e as trabalhadoras entraram em greve porque vocês continuam não querendo dialogar, continuam não querendo negociar. Como dissemos aqui, nós entramos com a cabeça em pé e nós vamos, até o final, com a cabeça em pé. Quem aqui está em greve, está sabendo pelo que está lutando, não está agora, aqui, para defender campanha política, e nós vamos denunciar isso, como ela disse. Obrigado.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sérgio.

A próxima a falar é a Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde, boa tarde a esta comissão. Queria agradecer a possibilidade de hoje estar presente. Faço parte de outra comissão desta Casa, mas não podia deixar de estar aqui, não só para escutá-los, e eu vou falar muito menos, gostei do que ouvi de vocês, mas eu queria trazer alguns pontos. Primeiro, eu queria parabenizar a corajosa greve que está sendo tocada pelos servidores municipais de São Paulo. Queria dizer uma coisa, quando somos Vereadores, somos Parlamentares, nós circulamos por esta Cidade. Normalmente, existe muito medo, muito receio de fazer uma greve, e isso é compreensível. Existe um receio da população, que também, obviamente, fica prejudicada e se volta contra o servidor, esse é um medo legítimo. Mas, nesse caso, a população está absolutamente a favor dos servidores. E é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 53

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 52 DE 91

importante que a Gestão escute isso, no dia de hoje, porque a população acompanha o dia a dia do serviço público, a população acompanha o que é um Agente de Endemias trabalhando de segunda a segunda, a população acompanha o professor e a professora sendo precarizado no chão de sala de aula. Isso é uma coisa terrível, e eu vou avisar, em especial à Gestão: o povo está do lado dos trabalhadores. É importante que vocês entendam isso, é importante que vocês entendam que essa greve está num momento de crescimento, porque se chegou a um limite, porque o que está acontecendo aqui é que o servidor público está sendo visto, está sendo tratado como inimigo dessa Gestão. Não tem justificativa técnica para que não se dê um aumento justo, e não tendo justificativa técnica, qual é a segunda opção? É a política, uma escolha política. E como se explica? O que se explica é que essa Prefeitura quer terceirizar tudo que vê pela frente.

(Palmas)

Eu vou dizer uma coisa para vocês, em especial para o pessoal da saúde: quem está na Vigilância, que está sem concurso público desde 2008, está passando por essa situação por quê? Porque, pela lei federal, você não pode colocar OS dentro da Vigilância. Só por isso está acontecendo essa situação, essa é a grande verdade. Quanto aos trabalhadores da vigilância em saúde – e tenho rodado algumas Uvis, algumas unidades, já que a Covisa foi desmontada em 2020 - a situação que se vê é triste, é desesperadora. Há região em São Paulo com mais de 330 mil habitantes, que tem 32 agentes de endemia para fazer todo o controle. E a região de São Paulo que é gigante, você tem pouquíssimas dezenas, e a metade, inclusive, está em afastamento de saúde porque estão saturados. Inclusive, metade está doente porque não tem reposição. Não têm agentes como não tem também profissionais biólogos, veterinários, como foi muito bem citado aqui. Agora, a Laudiceia falou de uma forma muito correta, nós, infelizmente, em especial o povo mais pobre de São Paulo, a periferia, está vivendo a consequência de uma política de desmonte da Vigilância. Quando se fez, lá em 2020, o desmonte completo da Covisa, sabíamos que iríamos chegar na situação em que estamos, em que estamos chegando hoje. Porque quando falamos de uma doença como a dengue, por exemplo, não é simplesmente você ter pronto-atendimento para tratar, tem um passo anterior, que é a Vigilância Epidemiológica,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 53 DE 91

que é o cuidar da prevenção. Se o Prefeito já tivesse pisado numa unidade do SUS, saberia disso. Você não previne dengue no ano da dengue, você previne em anos anteriores. E nós estamos vivendo, infelizmente, a consequência do que é o desmonte da Vigilância em Saúde.

Eu queria me solidarizar também com o Sindsep, que está sendo, enfim, absolutamente achincalhado, está sendo, enfim, atacado pela Prefeitura, que colocou um pedido de multa de um milhão de reais. Agora, vou dizer uma coisa a vocês: multa deveria ter o Prefeito Ricardo Nunes, e sabem por quê? Porque o último concurso para a saúde, em 2017, foi prorrogado duas vezes, e está ainda em vigência. Existem, hoje, trabalhadores da saúde, milhares, médicos, enfermeiros e enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos, no caso da minha categoria, são 30 mil exatamente, são profissionais que é só assinar e chamar. Não falta mais nada, já foi prorrogado, já foi autorizado, tinha que ter multa para o Prefeito, que é só ele assinar para você colocar amanhã milhares de profissionais nas unidades, para começarem amanhã. Enquanto isso, ele enche as UBSs de médico PJ, precarizado, só para dizer que está colocando gente. E vai mentir para a imprensa, dizendo que tem 12 mil agentes de endemia. Só que, assim, a mentira não se sustenta de pé por muito tempo, a população está vendo o que está acontecendo.

Queria, mais uma vez, dizer: nós, servidoras, servidores, e Vereadores desta Casa, nós temos a possibilidade de modificar a proposta enviada pelo Executivo. Formalmente, existe uma divisão de poderes, não sei se os meus colegas Vereadores lembram disso, mas nós temos autonomia para poder modificar esse índice. Nós estamos propondo aumentá-lo e colocar um reajuste decente. Nós não somos anexo da Prefeitura de São Paulo. É importante que consigamos fazer essa movimentação, eu digo isso para todos os meus colegas Vereadores.

Concluindo, colega Celso, nós não podemos esquecer que o Ricardo Nunes sabe muito bem a importância de uma reposição justa, porque em 2022, há dois anos, ele reajustou o próprio salário em 46%, passando de R\$24 mil para R\$ 35 mil. Então, ele sabe perfeitamente a necessidade de um reajuste. Aqui é uma greve justa, o povo está do lado de vocês, nós vamos até o fim para a vitória. Obrigado, Vereador Celso.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Luana. Vejam como é importante uma audiência pública. Esta audiência pública está sendo transmitida pelo Youtube da Câmara Municipal, são mais de 2 mil pessoas assistindo neste momento. São mais de 3 mil manifestações pelo chat. E quem está em casa pode participar enviando sua proposta no *link*, que está fixado no chat ou via QR Code, que está na tela de transmissão. Então, muita gente está preocupada, muita gente angustiada, a audiência pública é fundamental.

Deixe-me chamar agora, rapidamente, o Jardel Pereira de Souza, que é agente de endemias. (Pausa) Chamo o Sr. Reinaldo Reis Alves, professor, de forma *online*, com a palavra.

O SR. REINALDO REIS ALVES – Primeiro, quero parabenizar a todos que já falaram aqui. Vou tentar não me repetir, e quero tratar de dois pontos. Eu queria ouvir, na verdade, da Vereadora Edir, de onde sai esse número? Já que, até agora, nós da oposição, enfim, os servidores estão apresentando números, dados técnicos e políticos muito fortes. E 2,16%, eu estou curioso, quero saber de onde saiu esse número. Então, se puder explicar, acho que é importante. Porque se você coloca um dado que não é técnico, que não tem nenhuma base, é uma vergonha. Isso é bem a cara dessa Prefeitura.

Bom, eu quero trazer também um dado do DIEESE, acho que é importante para somarmos aos inúmeros dados que já foram apresentados aqui, que é o valor do salário-mínimo, valor necessário para um trabalhador ter dignidade de vida. Esse é um dado do DIEESE, mês a mês ele estabelece esse valor, e hoje esse valor é R\$ 6.996,36. Então, esse é o salário-mínimo necessário para que a população trabalhadora tenha uma vida digna. Então, isso explica por que nós, servidores e a população de modo geral, estamos sofrendo tanto. Então, é vergonhoso que essa Prefeitura apresente um índice de 2,16% de aumento, que não repõe nem a inflação.

Dito isso, eu queria passar para a questão das condições. Eu sou professor na região do Butantã, e o nível de precarização da escola é gritante. Temos uma escola com 12 salas, uma equipe de limpeza com 4 pessoas para: limpar, fazer a higienização da escola toda, são 12 salas mais o espaço externo, e apenas 4 funcionários. Eu estou citando esse dado porque já temos,

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 55 DE 91

fartamente, dados para justificar que falta uma remuneração digna e as condições. E esses trabalhadores estão precarizados porque recebem mal e houve, inclusive, atraso no pagamento. Então, é vergonhoso você terceirizar esse serviço, que deveria ser público, e pagar um valor que não dá nem para comentar. E, ainda por cima, uma equipe reduzida que obriga esses funcionários a trabalharem de forma muito extenuante e sem condições.

Então, é isso. Para não alongar mais e dar tempo para mais pessoas se colocarem, eu queria evidenciar esses dois pontos. Primeiro, dizer que precisamos sim dessa remuneração digna, 2,16% são vergonhosos. Nós temos um dado técnico, do qual os trabalhadores precisam se apoderar, que é hoje um salário-mínimo, que deveria ser um mínimo necessário de R \$ 6.996,00. Então, quando o Rubinho vai lá fazer chacota, falar mentira, colocando a população contra nós, ele precisa dizer a verdade, ele precisa deixar de agir como um moleque. Porque é isso, essa Prefeitura tem feito isso, tudo está rolando, nada para a população, nada para o servidor. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Reinaldo, pela sua participação.

Dizer que aqui têm muitos, temos muitos professores, profissionais da educação, servidores da saúde que estão inscritos de forma *online*, mas que não têm, na sua região, no seu território a internet, não conseguem nos acessar. Então, é lamentável também que não consigamos nos expressar.

Chamarei o próximo, Fabiano Soares, que está na forma presencial. E a próxima chamada, se ela puder se posicionar, é a Luzia Simões. Peço que vá adiantando, porque vamos também ouvir o Governo. É importante que todas as colocações sejam respondidas pelo Governo e que façamos esse debate. Então, é com você, Fabiano.

O SR. FABIANO SOARES – Boa tarde, servidores, servidoras e demais presentes nesta Casa.

Eu sou Fabiano Soares, sou trabalhador da saúde e, no momento, sou também diretor do Sindsep. E o que estamos acompanhando na saúde é o que vem acontecendo em todas as secretarias do município, é um desmonte total, é a expulsão do servidor das carreiras

de serviço público, porque onde não há valorização - como a companheira disse aqui – a intenção é que não tenha serviço público no município.

Vimos denunciar que na saúde não existe concurso nesse mandato do Ricardo Nunes, não houve um único concurso realizado por este Governo. O que aconteceu, as chamadas que ocorreram foram por conta de intervenções junto ao grupo de trabalho, com a participação do Ministério Público, em que a Prefeitura foi forçada a convocar servidores para o Sistema de Vigilância em Saúde, para o SAMU e para o serviço de STI-AIDS, mas não houve concurso.

Esse mesmo concurso, que teve a sua validade prorrogada, como a Vereadora comentou, vai até abril de 2025, e têm mais de 30 mil servidores classificados. E não há nenhum interesse dessa gestão de convocar esses servidores. Então, são servidores que poderiam estar atuando na Vigilância, chamou-se um número, mas ainda tem muita gente para chamar para a atenção básica, para os hospitais. E o que vemos é o seguinte: o desmonte da saúde onde impera a terceirização. Nós podemos citar o caso do Distrito de Perus, que é o distrito que tem a menor expectativa de vida do município.

Segundo o Instituto São Paulo, é de 57 anos a expectativa de vida, e é onde a terceirização impera, 100 % de Perus é terceirizado, e não está resolvendo. Temos problemas na saúde que estão interferindo em outros setores. Estive em um comando de greve com companheiras, esta semana, e elas me disseram que tem mais de 25 crianças neuro divergentes numa escola, que não podem ser incluídas no programa AVE porque não tem diagnóstico fechado. E a mesma empresa que administra o programa AVE é a SPDM, a mesma que administra o serviço de saúde. Ou seja, estão cobrando uma coisa que ela não faz. Se a mesma empresa que administra o programa é a mesma empresa que administra o serviço de saúde, não tem lógica esse impedimento.

Além de tudo, impede que essas crianças tenham acesso aos benefícios sociais. Nós temos aqui companheiras dos CRAS, que sabem como está a situação dessas crianças em vulnerabilidade, elas precisam de um benefício de prestação continuada, e não têm o diagnóstico

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 57 DE 91

porque a rede não fornece. A rede terceirizada, dominada pelas organizações sociais, não fornece esse diagnóstico.

Então, é isso que a privatização vem acarretando à saúde. Nós temos também o distrito com maior número de casos de dengue, o Parque São Domingos, é onde a Uvis está mais sucateada. Eles estão num prédio que não tem ventilação, estão num prédio convivendo com o veneno que vai fazer o fumacê na rua, tudo confinado no mesmo prédio em que estão os trabalhadores. Então, se eles fossem autuar mesmo, a Prefeitura interditaria o prédio da vigilância, para você ter a noção da calamidade da situação. Isso justifica o aumento exponencial da dengue, porque não foi agora, foi a prevenção que falhou.

Por isso estamos vivendo essa epidemia de dengue e a Covid voltando a assolar a nossa população, e a chicungunha e outras endemias também.

É isso, pessoal. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado. A próxima é a Luzia Simões. Eu pediria que você tentasse ficar nos três minutos, Luzia, para que possamos ouvir os demais e ouvir o Governo também, que ouviu as nossas propostas, as nossas reclamações. Com você a palavra, Luzia Barbosa..

A SRA. LUZIA BARBOSA ANTUNES SIMÕES – Perfeito. Eu vou ser breve. Primeiro, boa tarde, trabalhadoras e trabalhadores. (Palmas) Boa tarde, povo da região centro. Centro presente?

- Público responde “sim”.

A SRA. LUZIA BARBOSA ANTUNES SIMÕES – Então, dizer para vocês que eu sou uma trabalhadora de uma Secretaria do Centro, estou na direção do Sindsep, dizer que nós estamos com um supercomando de greve no Centro, o Centro também está parado. Não é só o funcionalismo da educação, porque nós somos das secretarias, que nós somos da educação, que nós somos da saúde, da vigilância, e nós estamos com um supercomando com mais de 100 trabalhadores percorrendo as unidades do Centro, para nós pararmos.

E por que que nós estamos em greve? Gente, 2,16%, a maior cidade, uma cidade

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 58 DE 91

com a grandiosidade de São Paulo, oferecer isso para os servidores? E eu estou aqui para falar das nossas condições de trabalho e o desrespeito com que a administração está nos tratando é o mesmo desrespeito com que está tratando a população desta cidade.

As nossas condições precárias de trabalho, onde nós temos secretarias, que o sindicato é chamado para ir conversar com o secretário para poder fornecer água potável. Olha que vergonha. Onde os trabalhadores têm que descer para comprar água, onde tem que ficar circulando em outros andares do prédio para ver onde se consegue água potável para poder trabalhar. Onde a gente tem um prédio, o Martinelli, que foi concedido dois andares para visitação, para iniciativa privada, e nós temos um andar inteiro interditado por entupimento de um vaso sanitário. Onde temos uma unidade, um imóvel onde os nossos trabalhadores vão lá para exercer sua função, o qual é totalmente inadequado. Onde a gente tem um caso, assim, incrível, a condição é a mais precária de todas: Centro Pop em Santa Cecília. Onde a população em situação de rua é atendida, sabe onde? No tempo, no meio de uma quadra, sem nenhuma privacidade, sem contar as situações de assédio que os nossos trabalhadores enfrentam.

Lutamos para chamar concurso, e aí nós temos comissionados - muitos indicados por vocês, Vereadores - que ficam assediando os nossos trabalhadores. E nós somos chamados para fazer a defesa daqueles trabalhadores que estão em estágio probatório, onde os comissionados dizem, assim: "ah, não está satisfeito? Pede para sair". Quem é que tem de sair, gente? Precisamos de concurso público, precisamos que tenham respeito com as trabalhadoras e trabalhadores e com a população desta Cidade. Porque se nós estamos trabalhando nessas condições precárias, como é que nós vamos prestar um atendimento de qualidade para essa população, que merece tanto o nosso respeito? Então, nós estamos aqui para pedir um reajuste mais justo para nós, condições de trabalho e, principalmente, respeito aos trabalhadores e respeito à população da cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Luzia. Então, deixa eu chamar agora, obedecendo à lista de inscrição, a Profa. Deputada Federal Luciene Cavalcanti, que é Supervisora da Rede Municipal da cidade de São Paulo, concursada, com a palavra.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTI – Obrigada, Presidente. Quero cumprimentar todos que estão, hoje, aqui, em luta. A história da humanidade é uma história de luta de classes. E para nós, da classe trabalhadora, não há outro caminho, senão a luta organizada. Então, quero saudar, neste momento, cada companheiro, cada companheira que está em greve, dando uma aula pública sobre como é que, de verdade, nós mudaremos este país. Quero dizer que muito já foi dito aqui, muitos números foram apresentados, quero apresentar outros: 22% foi dado de aumento aos chefes de gabinete, passando de R\$ 17 mil para mais de R\$ 21 mil os salários; foi dado mais de 35% de aumento aos secretários-adjuntos, passando de R\$ 18mil para R\$ 24 mil o salário deles. Fabio Riva, você lembra desse projeto que você votou a favor. Para os subprefeitos foi dado aumento de mais de 37%, passando de R\$ 19 mil para mais de R\$ 26 mil o salário. E para o Prefeito foi dado um aumento maior de 46%, passando de R\$ 24 mil para R\$ 35 mil os salários.

Então, quando a gente fala aqui de uma proposta indecente de 2,16 para a valorização daquelas pessoas, daqueles homens e daquelas mulheres que realizam os serviços que garantem os direitos fundamentais da maior cidade do hemisfério Sul do nosso planeta, é algo assim de causar extremo espanto, por um lado, mas não é achar que não seja coerente com esse projeto de cidade que está apresentado. E esse projeto de cidade que humilha e massacra e explora as mulheres da educação, que humilha, massacra e explora os trabalhadores da saúde, as mulheres que estão fazendo a luta contra a pandemia, a pandemia não, a endemia, as endemias e pandemias da nossa cidade, a gente não vai aceitar.

Então o nosso recado aqui é muito simples e muito direto. A gente quer uma proposta de verdade. E Vereador Fabio, o senhor que é Líder do Governo, leva essa proposta desta audiência aqui para o Governo, que ele apresente de fato algo que seja compatível com aquilo que a gente realiza no cotidiano. Porque se não tiver um recuo do Governo, daqui não tem arrego, não tem arrego. (Palmas) Nós temos uma história, que enfrentamos o Maluf, enfrentamos o Pitta, nós estamos aqui há mais de 20 anos - eu, pelo menos 23 anos de serviço público -, então é na luta que a gente avança, que a gente conquista.

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 60 DE 91

E para terminar, eu quero dizer aqui em alto e bom som: a nossa luta é todo dia. Serviço público não é mercadoria. A nossa luta é todo dia! Serviço público não é mercadoria! A nossa luta é todo dia! Serviço público não é mercadoria! Não passaram e não passarão.

- Manifestações do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Deputada Federal Luciene Cavalcante.

Antes de chamar a próxima, a Deputada falou o nome de um ex-prefeito da cidade de São Paulo, Paulo Maluf. É bom que se diga também para o Governo, para o Prefeito Ricardo Nunes, que nós votamos aqui agora um projeto do PPI, estimado em quatro bilhões de reais para 2024, e tem mais 82 milhões de reais que o Maluf roubou do servidor público e vai ter que devolver. A justiça suíça já confirmou, estão acrescentando no caixa da prefeitura de São Paulo.

Gente, olha, tem mais de 75 pessoas inscritas de forma *on-line*, mais 80 pessoas inscritas de forma presidencial. Seria importante, nós estamos a três horas de audiência pública, seria muito importante todos falarem, mas não é possível que todos falem nesta audiência pública. E é importante que a gente ouça o Governo, sobretudo o que foi falado. As entidades sindicais representativas dos servidores, os servidores falaram muito aqui, falaram muito bem, então é importante a gente ouvir o Governo falar.

Eu vou chamar a última inscrita, que é a Lourdes Quadros, que foi falado muito aqui dos aposentados, ela é aposentada da educação no Município de São Paulo.

Fechando aqui as inscrições, para a gente poder ouvir o Governo, que proposta tem o Governo para o conjunto dos servidores.

A SRA. LOURDES QUADROS ALVES – Uma boa tarde a todas e todos, companheiros servidores públicos municipais. Agradeço a oportunidade de falar enquanto aposentada da educação, mas eu queria estender esse meu grito a todos os aposentados e aposentadas servidores públicos. (Palmas) Que hoje, desde a aprovação da Emenda 41, não há coisa mais cruel que este Governo, esta administração fez, que foi aprovar um confisco, é crueldade, de 14% para todos, mas incluindo todos os aposentados e aposentadas que ganham

acima de um salário mínimo.

Hoje, centenas e milhares de aposentados e aposentadas dos serviços públicos... Viu, Governo, Riva, todos os vereadores, Padula? Sabem qual é a situação dos aposentados e aposentadas hoje? É de precariedade absoluta. As pessoas adoecem, as pessoas envelhecem. Com o salário que recebem, com um confisco de 14%, não dá para pagar sequer o remédio. Com o confisco de 14% e a situação das pessoas, que às vezes têm que pagar até um acompanhante, um convênio médico, porque lamentavelmente, com o abandono, e graças aos servidores da saúde, aqui a minha homenagem aos servidores da saúde, porque a gente depende deles, principalmente quando a gente está idoso. (Palmas) Há um sucateamento do serviço de saúde e às vezes as pessoas têm que procurar o serviço privado, e não é culpa dos servidores da saúde. São heróis, que muitos tombaram durante a pandemia, são heróis. Mas vocês estão abandonando a saúde e às vezes a gente tem que buscar outro caminho.

Então, em nome de todos os aposentados e aposentadas, não aceitamos confisco de 14%, tem que revogar esse confisco. Não aceitamos a humilhante proposta de reajuste que envolve os aposentados com paridade. E olha que interessante, neste ano, os aposentados com paridade serão, com esse reajuste ridículo de 2,16%, é até menor do que o reajuste concedido para os aposentados, que merecem também, sem paridade, que é até maior. Olha a contradição.

E já foi dito aqui que dinheiro tem. Eu sou da educação. Em muitas escolas, só para concluir, tem placa de obra em tudo quanto é lugar, viu, Padula? Tem obra para tudo quanto é... Placa! Placa! Aí é dois milhões, três milhões sabe para quê, gente? Para pintar a escola que foi pintada com verba do PTRF no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Só concluindo, Lourdes, por favor.

A SRA. LOURDES QUADROS ALVES – Aí o teto está desabando na escola, Padula, e vão pintar a fachada da escola. É verdade, vai ver. O teto está desabando, não tem quadra coberta e vai pintar a fachada da escola que foi pintada. Então que responsabilidade fiscal é essa? Vocês, vereadores e vereadoras, vamos verificar a responsabilidade fiscal do Governo com essa dinheirama toda que estão gastando com obra supersaturada. A meu ver,

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 62 DE 91

tem que avaliar, mas parece que com dois milhões para pintar uma escola, dá para a gente construir outra do lado. É isso, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Lourdes.

Olha, só para a gente ser justo aqui na lista, ficou faltando o Felipe Torres, que é da Anis, a Associação dos Servidores do Nível Superior da Prefeitura. Chamaria o Felipe. Respeitar esses três minutos, por favor, Felipe.

E dizer que o representante do Dieese trouxe uma planilha para nós, para que a gente debata sobre os números que trouxe o Dieese. Sr. Marco Antônio, obrigado pela contribuição também do Dieese para este debate na Câmara Municipal.

Felipe.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Boa tarde a todos e a todas.

O Prefeito, que teve 46% de reajuste assim que assumiu, disse que bom senso é a gente receber 2,16%. Isso é bom senso ou isso é uma vergonha? Isso é bom senso ou isso é uma indecência? Isso é bom senso ou isso é uma perversidade?

A gente falou bastante de números aqui, e eu imagino que não deva ser muito fácil a situação dos representantes políticos do Governo ter que defender o que é indefensável. Quando a gente fala de números da relação de receita, gasto, com o que é dispensado ao servidor público, a impressão que dá é que o Ricardo Nunes e os seus vereadores falam de uma outra cidade, não falam de São Paulo.

Eu só gostaria de falar um pouquinho mais dos números de São Paulo para vocês terem uma ideia. Nos últimos sete anos, e esse Governo é uma continuidade de governos anteriores, a receita do Município cresceu 93%. De lá para cá, pelo IPCA, a inflação variou 41,03%. Vou pegar aqui o acréscimo de remuneração das duas principais carreiras que a gente tem entre os servidores de nível universitário. Sabe quanto que foi acrescido nos salários desde então? Foi 11,15% e 9,12% no final de carreira. Sabe a quem isso aqui diz respeito? Diz respeito a todos os aposentados, ou seja, os aposentados que tiveram o confisco de 14% estão há pelo menos sete anos, dez anos, muito mais tempo, sem sequer reajuste nominal. Mas a receita

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 63 DE 91

variou 93%, a inflação 41%.

Ah, mas a prefeitura deve estar numa situação muito ruim em relação à dívida, não? O Deputado Giannazi já trouxe essa questão. Olha só, em 2016, a dívida do Município era 92%. Para quanto que foi? Menos 75%. Alguém deve perguntar, como que uma dívida pode ser menos 75%, 3,75%? Sabe por quê? É porque a única dívida que sobrou, a única dívida que sobrou do Município, dívida interna, é justamente com precatórios, ou seja, dívida que ele tem com a gente e que ele poderia quitar. Por que dá menos? Porque sobraram 28 milhões em caixa.

Ah, e de onde é que vieram os 20 milhões, os 28 milhões em caixa? Os 28 milhões em caixa começaram lá também em 2016. Do quê? Basicamente da diminuição do gasto com o pessoal, que reduziu também de 38,68 para 31,26. O que quer dizer isso? Quer dizer o seguinte: que hoje, o caixa do tio Patinhas, que serve para fazer essas obras que a gente vê aí pela Cidade, a maior parte desse dinheiro foi tirada de nós. Foi tirada principalmente da geladeira dos aposentados. Foi tirada da dispensa de remédio dos aposentados. (Palmas)

É da gente que foi tirado esse dinheiro, está certo? E nós queremos isso de volta... 2,16 não é só um absurdo econômico-financeiro; 2,16 é uma indecência, é um tapa na nossa cara. Ele representa aquilo que o Governo pensa da gente. Sabe o que ele pensa da gente? Ele diz assim; "Você que é ativo, você vai ser aniquilado. Agora, você que é aposentado, você vai ser morto mais cedo. (Palmas)

A questão é saber... Isso não é uma metáfora, não. Este Governo... Todo mundo aqui pede, e pede com justiça, concurso, porque não tem mais concurso. Mas ele fez pior do que isso. Ele resolveu o problema de cargos vagos eliminando cargos vagos. Ele extinguiu 3.300 cargos de nível universitário. Ele extinguiu 36.000 cargos do nível básico e do nível médio. Ou seja, eles não querem a gente. Eles querem o nosso dinheiro para investir nos seus interesses privados, na privatização e na terceirização.

Agora eu pergunto, nós vamos resistir ou não vamos?

- Manifestações na plateia.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Nós vamos morrer? Nós vamos aceitar morrer ou

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 64 DE 91

nós vamos viver?

- Manifestações na plateia.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Vamos viver, mesmo com 2,16%. A nossa dignidade está acima disso. (Palmas)

Eu gostaria, só para terminar, que o Governo vai falar, gostaria que o Governo se manifestasse sobre os números, porque nunca, nunca nós tivemos condições tão favoráveis para valorizar o serviço público, os servidores, como nós temos agora.

Eu agradeço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Felipe.

Gente, olha, nós temos aqui, como eu disse, são 75 pessoas inscritas *on-line*, 74 inscritas presencialmente, e eu gostaria que todo mundo tivesse oportunidade de falar. Mas a gente precisa ouvir do que foi colocado. Os representantes das entidades sindicais colocaram aqui pontos importantíssimos para a gente discutir, servidores colocaram. A gente não consegue. O Governo vai embora, a gente tem que... A gente precisa dar a resposta do Governo, sobretudo de todos os pontos que foram colocados. Então é importante que a gente abra para o Governo.

E confirmar: nós aprovamos, a Vereadora Sílvia está aqui, Elaine, Fabio Riva, Luana, nós aprovamos aqui o PPI com estimativa de quatro bilhões de ingresso de receita para 2024 e mais 82 milhões do Maluf, que foi obrigado a devolver o dinheiro que ele roubou dos servidores. Então, além de tudo que foi falado, tem os recursos. Então, olha, o debate foi feito, os números foram apresentados, a gente não está fazendo ilações, a gente está mostrando dados, dados concretos, os contadores trouxeram os dados concretos do que nós temos. Então agora a gente vai ouvir o Governo para ver se é de fato uma falta de caixa ou uma falta de vontade política de valorizar os servidores públicos. Então a gente vai ouvir agora o Governo também para que a gente possa fazer esse debate.

Então, Secretária Marcela Arruda, vou passar a palavra para a Secretária, para que ela... Nós estamos a três horas e meia de audiência pública. Eu gostaria que a senhora, sobretudo com os dados que foram colocados, dados da arrecadação, dados do orçamento. É o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 65 DE 91

fls 66

melhor momento econômico-financeiro da prefeitura nos últimos 50 anos, então não é razoável que a gente tenha uma proposta de 2,16 para o conjunto dos servidores.

Pela ordem, Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Só para estipular, qual o tempo da Secretária?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Ela tem o tempo, ela tem o tempo, eu acho que tem muita... foram colocados...

- Manifestações na plateia.

O SR. FABIO RIVA – Só para poder alinhar as falas, como nós conversamos e convencionamos, até por uma questão só de...

- Manifestações do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – É importante, os servidores tiveram, infelizmente, só três minutos para falar, mas agora o Governo precisa responder, tem o tempo.

O SR. FABIO RIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – A gente tem tempo para ouvir a resposta do Governo. Pela ordem, Secretária Marcela Arruda com a palavra.

Secretária, deixa só, por favor, anunciar, que acabei esquecendo, anunciar a presença do Maciel Nascimento, coordenador do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo. (Palmas)

Com a palavra, Secretária, por favor.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Quero cumprimentar todas as pessoas que estão aqui, todos os servidores públicos presentes e também aqueles que estão nos assistindo, mas começando pelos representantes sindicais com os quais tive várias reuniões e acredito que todos estão aqui. Não sei se todos os servidores que estão aqui estão com seus sindicatos, mas acredito que todos os presidentes de sindicatos que recebemos estão aqui. Foram várias reuniões e preciso dizer, Presidente da Mesa, que todas as reuniões foram extremamente ricas em hora de tempo para diálogo, de discussão e de vários temas.

E começo explicando, caso os presidentes não tenham levado todo o teor dessa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 67

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 66 DE 91

reunião, das quais temos todos os registros, que houve uma escolha inicial, apesar de a pauta ser mais extensa, e uma pauta que é continuidade do ano passado e que em nenhum momento a Secretaria de Gestão, no limite das suas competências, esqueceu nem deixou de responder aos sindicatos. Mas houve um inicial pacto com os sindicatos representados pelos presidentes que, por conta dos prazos eleitorais, limitaríamos a discussão desse PL a uma pauta mais financeira. Isso não quer dizer, e antecipo aqui, que foram esquecidas as outras pautas. Todas, inclusive já alguns sindicatos com reunião agendadas, outros não, mas todas estão em encaminhamento.

Acho que ouvimos bastante diversos temas, que também ouvimos durante a reunião e falamos em resposta. Às vezes parece que as respostas não chegam, mas vamos limitar um pouco aqui. Falando, Presidente Riva, da questão do aumento do Prefeito, que foi antes desse momento, vamos só lembrar da questão técnica para o aumento do funcionalismo.

Deputada, com todo respeito, o Prefeito teve, não só ele, outros Prefeitos do Brasil... A remuneração aumentada por esta Casa, porque os Deputados tiveram, primeiro... Então, teve uma faixa, que é necessária para o funcionalismo...

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Mas, calma, calma... Tem... Não, mas, só para explicar...

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, só... A Secretária tem o direito à fala, até porque... Sr. Presidente...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Vamos ouvir. Que seria diferente... É que vocês vão... Vocês não estão...

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem. Precisa só pedir para o pessoal... Secretária, por favor...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Eu posso ficar quieta, sem nenhum problema. Posso ficar calada, mas eu só quero explicar o porquê, porque a questão, aqui, é outra.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Se, depois desse aumento, não tivesse nenhum outro tipo de aumento, eu acho que a situação seria mais crítica e, aqui, não dizendo do que nós não alcançamos ainda, mas dizendo de uma linha do tempo, de 2021 para cá, porque 2020 foi pandemia e... Antes, um pouco, disso, tem o Governo Federal, com a regra da Previdência. Tem um pouco... Alguma linha do tempo... Vou pegar e explicar, aqui, de 2021 para cá. Foram cinco bilhões, em atualização de algumas planilhas.

É certo dizer que não foi linear, porque há 25 anos... Não esse Governo, mas outros governos... Existia, numa regra do 0,01, como já disse, aqui, e como outras pessoas já disseram, mas houve, aqui, um investimento de cinco bilhões de reais no funcionalismo público. É público o dado. Isso foi aprovado aqui. Na verdade, 2022, 2023... Esse dado é somado.

Em relação aos cinco bilhões, eles são acrescidos de gratificações, sim, porque algumas carreiras têm... Por exemplo, na educação, além dos cinco bilhões, 1,3 em PDE e, em outras carreiras, em bonificação... Uma...

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Eu... Todas as vezes em que vocês falarem, eu diminuo.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Gente, vamos ouvir.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Vamos lá. Pessoal, com o mesmo respeito com os servidores que participaram desse processo, eu estou aqui, trazendo alguns números. Eu quero que os presidentes dos sindicatos, se estiver falando alguma coisa contrária ao que já é público, por favor, avisem. A questão dos números...

A gente ouviu até agora e vocês pediram para falar o Governo. Até agora, nós ouvimos tudo do que não foi... Do que a acusação... Do que não foi feito... A gente...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Gente, vamos...

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Espere aí, Vereador Fabio Riva. Vamos...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Presidente, eu não tenho pressa. Eu tenho paciência,

como a mesma de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Então, a gente também... Secretária, assim, vamos pedir para... A gente vai discordar, sim. A Secretária está colocando... É importante ouvi-la, também. A gente vai discordar, mas deixá-la falar, para que a gente tenha... Qual é o argumento do Governo para contradizer os dados que foram colocados aqui, para as entidades sindicais, por todos que colocaram... Então, vamos ouvir, porque há algo muito estranho nesses 2,16%.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Pela ordem, Vereador Fabio Riva...

O SR. FABIO RIVA – Só deixar a Secretária concluir... Pedir, realmente... A gente está aqui. Ouvimos, atentamente. Só para que a gente tenha essa linha de raciocínio, porque é isso que gera a convicção dos Vereadores em analisar o que está sendo colocado.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Tem pouco tempo, Riva. O Celso já falou. Vamos ouvir. Vamos ouvir o Governo.

O SR. FABIO RIVA – O que eu estou colocando é que ele está só questionando uma coisa que não tem...

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Está gastando o tempo em que ela podia estar falando.

O SR. FABIO RIVA – Não, mas tem bastante tempo, aí.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Com a palavra, Secretária, por favor...

A SRA. MARCELA ARRUDA – É que não é justo a gente não trazer dados antes de chegar em alguma resposta. Acho que a gente precisa falar. A gente tem que apresentar dados e, aqui, não estou contradizendo nenhum dado, porque, quando o dado... Ele... Contradiz-se, sim, o dado apresentado pelo Vespoli, quando fala de impacto de dois milhões, mas já me acertei, aqui, com ele. Não tem impacto de dois milhões, nem de perto. Esse impacto, em qualquer percentual maior... Ele é muito maior e aqui tem contadores que podem fazer essa conta. Então, contradiz-se, sim, um dado, aqui, apresentado pelo Vespoli, e expliquei o motivo

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 69 DE 91

das contas.

É certo, sim, que tem, sim, alguns servidores que apresentam remuneração, ainda, abaixo de quatro mil reais? Sim, existe esse percentual. É público, inclusive, porque nós estamos falando, aqui, numa audiência pública, que não é somente para os servidores. É para a sociedade e esses dados têm que, de fato, ser claros. Vinte por cento do nosso funcionalismo recebe numa faixa de até quatro mil reais. Isso é público. Até aqui, a gente está falando dos dados da transparência. Vocês podem buscar lá. Então, 20%, até quatro mil reais, e, na média, hoje, da remuneração de ativos... Aí, estou falando de dado público, de ativos. A nossa média é de 7.500 e, de inativos, aposentados, 9.500. Até aqui, nós estamos falando de dados públicos.

Para facilitar, o *site* da Transparência Brasil... Não, desculpa. Transparência da Prefeitura... Então, o *site* da transparência traz, lá... Todos os senhores que estão aqui, com nome, dados... Vocês podem ver, inclusive, o valor da remuneração, porque temos essa publicidade, mas, também, para aumentar essa publicação e evitar confusão, nós criamos um *site* que se chama CLIC e, aqui, para todos os que estão nos assistindo, para a população: clic.prefeitura.sp.gov.br, onde tem, no boletim de recursos humanos, a faixa da remuneração, hoje, de todos os servidores, ativos e inativos.

Então, a gente está falando de uma faixa e só alcançamos a faixa, agora – e isso é verdade; alcançamos um pouco mais, agora –, porque teve um pouco mais de investimento nesses cinco bilhões, mas vamos falar de outros dados. A gente... Ouvi algumas reclamações do VA e VR. Sim, todas as reclamações são legítimas e devem falar, mesmo, porque nós temos, no Brasil como um todo, uma economia que, às vezes, é dissociada da realidade.

A pesquisa do Dieese... Agradeço, aqui, por ter recebido e faço uma conta de cabeça, porque não tem a média, mas, aqui, já mostra que a média dos 31% é a média, aqui, de 2001 até 2023, inclusive, em governos de outros partidos. Eu não quero, aqui, confundir essa luta partidária e, com respeito aos Vereadores que... Sempre trago aqui argumentos, elementos, não importa de qual partido, mas, para a gente falar...

Temos, aqui, um aumento do VA e, aqui, não julgo, ainda, o total concluído, porque

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 71

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 70 DE 91

o meu comprometimento foi de uma sequência de conversa. O meu comprometimento, desde 2022... Falem por outras pessoas, mas o meu comprometimento foi... Iniciamos, em 2022, com uma briga pessoal desta Secretária para atrairmos uma visão para a saída do 0,01. Nesse comprometimento, também foi uma conta para aumentar, não só em remuneração, mas em benefícios, e, aí... Daí é que sai o percentual de 38%. A soma de 2021 e 2024 ser aprovada... Um pouquinho menos, 37, 36, sendo aprovada, no aumento do auxílio-refeição, e de 81%, de 2021 até 2024, no aumento do vale-alimentação...

Agora, antes da crítica, é suficiente, ainda? Talvez não. Talvez não seja suficiente, mas não é a média do... Não é a média. Eu estou respondendo, mas não é a média, também, do vale-alimentação e refeição, Brasil. Talvez não seja suficiente, porque nós estamos numa linha, aqui. Eu falo pelo Executivo, assim. Eu respeito as críticas à Câmara, a Tribunais de Contas, mas, neste momento, falo dos dados do município. Então, a gente tem, aqui...

Sim, e um compromisso... Este compromisso, aqui, foi firmado com... Eu não vou falar o nome de todos, assim, mas, representando... Este compromisso, aqui, foi firmado com Claudete, com Norma, com João Gabriel, num compromisso de dar continuidade. Chegamos a acordo em todas as vezes? Não, não chegamos a acordo – muitas vezes, não –, mas foi um compromisso. Agora, vamos falar de algumas coisas que...

- Manifestação da plateia.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Eu não posso falar. Não tem, por conta da remuneração. Enfim, isso é público, também. Todas as vezes em que vocês falarem, eu paro para ouvi-los. Então, vamos lá. Não, já concluo, presidente. Só um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Conclua. Vamos deixar a Secretária. Deixem-na evoluir no raciocínio e a gente vai chegar à nossa conclusão.

Secretária...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Eu já concluo. O que estou dizendo que... O percentual proposto é uma sequência que não tem parado desde 2021 e uma sequência que envolve ações de naturezas não financeiras, também, como, por exemplo...

Eu posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Pode, sim, Secretária. Está com a palavra.

A SRA. MARCELA ARRUDA – É uma sequência que, pelo menos desde 2021, a gente tem e tem feito isso... Não é ouvindo só base, ouvindo o Vereador “x”, não. É ouvindo todos os Vereadores desta Casa, recebendo todos os sindicatos e, muitas vezes, os próprios servidores. O trabalho dessa construção é feito, também, por servidores de todas as secretarias, servidores do nosso grupo efetivo, e, falando em servidores, é certo que o Brasil, em número de funcionalismo, passa por críticas em relação ao seu quantitativo – não só São Paulo, o Brasil. É certo que o Governo Federal, agora, numa ideia de reforma administrativa, liderada, um pouco, aí, com algumas críticas e visão do Ministro Haddad, tem unificado os seus concursos e tem atraído para reposição, mas nós não podemos nos esquecer de que se somam, agora, neste mês, 24 mil novas nomeações, de 2021 até 2024.

Ah, esse número talvez não seja o suficiente. O número de aposentados foi de nove mil nesse mesmo período. Esse número talvez não seja o suficiente quando comparado às gestões anteriores e aqui trago à memória... Não gestões, aqui, entre partidos, memórias de outras gestões, de outras... É certo que alguns fizeram concurso e não conseguiram nomear. Alguns nomearam e não conseguiram fazer concurso. Essa alternância da democracia atrai dados que... Não é só para São Paulo.

Então, assim, a gente tem uma linha de continuidade de conversa, Presidente. O valor proposto... Ele foi proposto dentro de uma outra expectativa, de quebrar o 0,01. Quando se quebra o 0,01, quando se quebra que os últimos Prefeitos dos 25 anos não tiveram coragem, quando faz isso... Não, a gente pode discordar. A gente pode discordar, mas a questão é: quando se faz isso, você não calcula um ano. Você calcula uma vida inteira, porque a regra fiscal... Pode o Deputado Giannazi discordar da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas ela é posta. A regra fiscal diz que, quando você faz o impacto, seja ele de um milhão, seja ele de 10 milhões, você tem que calcular, pensando toda a vida do funcionalismo público. Agora, em questão, podemos discordar. Podemos reavaliar a lei, mas é a lei.

Então, quando se faz isso, não se faz pensando em 130 mil servidores. Faz-se pensando em 223 mil servidores, porque é linear. A lei diz que o reajuste é linear. Então, eu sei que esses dados são, às vezes, desconhecidos, mas você não põe ajuste linear para a parte dos ativos. Não, você alcança os inativos. Então, os inativos, que estavam sem o linear há 25 anos, agora têm o linear. É claro que tem...

- Manifestação do público.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Não, não retrocedeu se você soma que em um ano foi 7%. De maio até aqui... A gente pode conversar. Eu posso ficar, depois, um pouco, e recebê-los, se vocês precisarem. A gente não retrocede quando você pensa que, segundo os sindicatos, a gente deu, em um ano, o que significa 500 anos, quando você divide cinco... Fala dos sindicatos... Sim, eu não vou expor. Isso está público, mas, aqui, a regra é financeira. É matemática. Ela não retrocede...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vamos ouvir o que a Secretária está falando.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Se você mantém 5% todos os anos, é uma regra financeira. Você divide cinco e você significa... O que significa, em 0,01? O que compõe 5%, em 0,01? Os contadores... Essa é a conta, contadores? Márcia, é a conta? Levanta a mão, então, que... O senhor é servidor. Essa é a conta. Então, são os servidores que falam que... Essa conta foi apresentada pelos sindicatos, mas, em nenhum momento...

Já encerro, Presidente. Não precisa me olhar, mas, assim, já...

Em nenhum momento...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Não, Secretária, a senhora tem todo o tempo para falar.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Em nenhum momento, houve, desta Secretaria, no âmbito da negociação, um pouco a mais das competências, porque a gente fala, aqui, até de competências que são divididas por secretarias. Não houve, em nenhum momento, uma discordância na continuidade da conversa e tanto é assim que nós apresentamos, lançamos,

com apoio – e, na verdade, apoio e validação de todos os sindicatos –, a Rede SOMOS.

Sim? Vocês não foram comunicados? A gente precisa conversar, porque, assim, eu não estou falando nada que não seja conhecido. A questão...

- Manifestação do público.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Entendo. A discordância da educação... A gente... Eu paro todas as vezes em que vocês precisarem falar, mas estou...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Pessoal, vamos...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Claudete, você, enquanto Presidente de sindicato... Claudete, estou faltando com a verdade? Mas, estou faltando com a verdade, aqui, no que foi feito? Então, não, mas estamos falando de dados.

Então, que fique consignado, porque eu não sou contra a consignação. A RGA não é apoiada pela área da educação. Está consignado, Claudete. Assim, está consignado e respeito as falas. A educação não aceita que todos tenham o mesmo percentual ao mesmo tempo. Então, é diferente. Vamos...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Secretária, Secretária, olha...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Mas, vamos rebater, com respeito.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vamos... Secretária, por favor, pela ordem. Pessoal, vamos ouvir a Secretária, mas... Secretária, eu pediria que a senhora não inserisse palavras nas entidades sindicais. As entidades sindicais estiveram aqui. As entidades sindicais estão representadas aqui, Secretária. Não pode...

O SR. FABIO RIVA – Pela ordem, Sr. Presidente. Vereadora Claudete...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Pela ordem, o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Não, não, é só para a Secretária... Eu acho que...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Eu preciso concluir o raciocínio.

O SR. FABIO RIVA – Conclui o raciocínio. É para isso.

A SRA. MARCELA ARRUDA – A gente vai nominar, aqui...

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 75

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 74 DE 91

O SR. FABIO RIVA – É só para isso, pessoal. É só para a Secretária concluir, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Deixa... Vamos, gente. Gente... Senão, a gente não avança...

O SR. FABIO RIVA – A gente não...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Deixa a Secretária concluir, mas eu só pediria, Secretária, que não inserisse palavras na boca das entidades sindicais, que estão aqui representadas pelos seus presidentes de cada...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Presidente, diga qual palavra estou inserindo na boca dos sindicatos.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – De cada... As entidades sindicais estão aqui.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Presidente, diga qual palavra estou inserindo.

O SR. FABIO RIVA – Ela foi questionada, Presidente. Ela foi questionada e ela respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vamos ouvir.

O SR. FABIO RIVA – Ela não ia nem falar sobre isso. Ela foi questionada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vamos ouvir. Gente...

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Gente, se a gente não conseguir ouvir a Secretária, vai ficar infrutífero. Então, eu ia pedir para a Secretária não inserir palavras, pois os representantes sindicais estão aqui presentes.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Vamos lá. Eu continuo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vamos ouvir. Secretária...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Presidente, eu continuo, mas, assim, ao senhor falar que estou inserindo palavras na boca dos sindicatos...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Foi. V.Exa...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Eu peço que o senhor só fale quais, porque estou aqui, falando para o sindicato...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Não, V.Exa. falou que o sindicato que está aqui, representando...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Calma, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Não vamos...

A SRA. MARCELA ARRUDA – O diálogo nos pede para, quando... Se alguma palavra for mal interpretada, eu posso repeti-la, aqui, e posso corrigir. Eu falei. Sim, estou com presidentes, aqui. Sim, os sindicatos da educação têm um pleito da incorporação de 39%.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Ah, está bem.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Isso, sim, e não concorda com o linear nesse patamar. É isso ou não é, Claudete? Então, é isso. Então, assim, não tem palavra inserida aqui. Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Secretária...

O SR. FABIO RIVA – Deixe-a terminar de falar, Claudete, por favor.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Pode haver. É isso, sim. Falei que a educação tem um pleito próprio e discorda do linear, porque pleiteia 39% de incorporação, o que significa alguns bilhões de reais. Enfim, é isso. Falei o correto? Está correto? Está correto, Norma? Está correto. Então, não temos, aqui, o que... Está correta a correção, Claudete?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vamos...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Está correta a correção.

O SR. FABIO RIVA – Tem outras categorias, aí, também. Tem outras categorias. Respeitando a educação...

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vamos dar sequência. Deixem a Secretária terminar a conclusão dela, o raciocínio da Secretária...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Secretária, na sua conclusão, você poderia me falar o impacto dos servidores na receita corrente líquida? Está diminuindo ou não está diminuindo?

A SRA. MARCELA ARRUDA – Vereador, eu não vou repetir, se o senhor já apresentou em dados. Eu não vou repetir. Não, eu não vou repetir o que o senhor apresentou em dados. A gente tem uma administração pública no Município, no Federal e em todo o Brasil. A administração pública do Século XXI, ela é diferente, e em várias formas na sua análise. Eu não vou repetir dados. Os dados estão postos. Os dados estão postos. O senhor erra quando diz que o impacto de dados de 16% é 2 milhões, e o senhor erra muito...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – O impacto nos servidores, na receita corrente líquida. Está diminuindo ou não está? Porque esse é o debate importante...

A SRA. MARCELA ARRUDA – Vereador, o senhor tem que fazer a conta se não foi feito investimento nos últimos anos. Essa é a conta. Essa é a conta. Essa é a conta. Mas por que não? Eu paro todas as vezes...

- Manifestações do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Secretária se pudesse concluir o raciocínio, para que a gente evolua e avance no debate.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Estamos falando, então, em respeito a Claudete e seus sindicatos e outros que aqui estão, sempre que falar algo que não foi, pode falar. A gente está falando do diálogo aqui. A gente está falando do diálogo. Agora, as nomeações, como eu estava dizendo, de 2021 até 2024, a gente tem um cálculo de 24.634 nomeações. Significa novos servidores públicos para a cidade de São Paulo. São números em várias as carreiras, não só na área da educação. A educação sempre, proporcionalmente, é maior. E esse é um dado que o *Diário Oficial* responde com as últimas chamadas e a próxima, aí, nos 8 mil dos servidores que vocês, inclusive, mandaram aqui em reivindicação...

- Manifestações do público.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Vocês discordam que chame 24 mil novos

servidores? (Pausa)

Eu estou falando de nomeações já realizadas em *Diário Oficial*. A conta aqui é *Diário Oficial*. Gente, é muito ruim ouvir quando a gente não quer ouvir nada ou alguma coisa. Mas estou falando de dados. A luta é legítima quando a gente ouve a crítica, mas ouvem os dados. Não significa que alguém tenha que dizer que 24 mil está bom. Não estou pedindo isso em nenhum momento. Pode-se dizer que deveria ser 30, pode-se dizer que deveria ser 50. O que estou dizendo é que 24 mil novos servidores nesse período.

Então, com essas considerações, Presidente, com a mesma disposição do diálogo, com a mesma disposição para o diálogo que a gente deve seguir, falo que alguns percentuais apresentados...

- Manifestações do público.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Posso falar, não tem nenhum problema quanto a isso. A gente está falando de dados públicos. A gente está falando de uma opção que era ficar em 0,01, aumentar talvez outras tabelas, porque antes do 5 % linear, houve aumento em tabelas individuais. Pode haver discordância, mas nós só temos a média de remuneração hoje dos funcionários públicos em 7.500 reais, nove mil dos aposentados, essa é a média. Só temos isso, conforme o *site* da transparência que vocês podem acessar, só temos isso porque teve algum aumento. Então, algumas capitais, Vereador...

- Manifestações do público.

A SRA MARCELA ARRUDA – Algumas capitais que têm, sim, talvez aumentos maiores, têm realidades diferentes, e aqui eu não vou responder pelas outras capitais porque eu respondo por São Paulo. Mas, se comparado ao Rio de Janeiro, Toninho, se comparado ao Rio de Janeiro, o Governador do Rio de Janeiro acabou de pedir ajuda ao Ministro Haddad porque não vai conseguir pagar os servidores.

- Manifestações do público.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Não vai conseguir pagar os servidores. Então, a gente precisa falar da realidade. O compromisso de São Paulo é não atrasar a remuneração. O

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 78 DE 91

compromisso de São Paulo é não deixar de garantir a remuneração. E é com esse compromisso que a Fazenda tem essa liberação. Fico à disposição, presidente.

- Manifestações do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Secretária. Olha, gente, é o seguinte, nós colocamos dados, nós apresentamos, servidores falaram, as entidades sindicais falaram, colocaram dados concretos, fatos verídicos. Infelizmente, infelizmente, o prefeito Ricardo Nunes não enviou aqui o Secretário da Fazenda para falar do recurso que a gente tem na cidade de São Paulo.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Secretária, nós tivemos, eu digo, eu acompanho, nós tivemos quase 35 bilhões de reais aplicados aqui na cidade de São Paulo como se a cidade fosse um banco. Nós tivemos receita patrimonial de juros. O que significa isso? Todo esse dinheiro que ficou guardado lá no caixa da prefeitura, como se fosse um banco, rendeu 5.4 bilhões. Cinco bilhões e quatrocentos milhões de reais ingressaram no caixa da prefeitura de São Paulo. Nós mostramos os dados, Secretária, e, desculpe-me, o DIEESE traz aqui, não é média, os contadores trouxeram, é dado real. É 31 % do comprometimento da receita corrente líquida com a folha de pagamento salário de servidores ativos e aposentados. Então, a gente está muito longe, Secretária. A gente está muito longe disso e tem recurso. Agora, está evidente aqui a indisposição do prefeito Ricardo Nunes de valorizar o conjunto de servidores da cidade de São Paulo. Esta é a verdade...

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem. Nós estamos numa audiência. Essa é a sua opinião. Não é da grande maioria. Não podemos polemizar mais aquilo que já está polemizado.

- Apartes simultâneos.

O SR. FABIO RIVA – Eu quero falar um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vou passar a palavra a V.Exa. Só vou concluir a minha fala. A gente está fazendo um debate. Não, não é... É só um fato. Os fatos estão

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 79 DE 91

aqui. Os dados da arrecadação estão aqui. Eu vou passar a palavra. Eu vou passar a palavra para a V.Exa. Agora, é preciso ter uma resposta para isso, porque ninguém aqui, ninguém aqui, nem servidores, nem entidades, muito menos entidades sindicais, ninguém é bobo aqui. Todo mundo acompanha o orçamento da cidade de São Paulo. O dinheiro está indo para obra emergencial, o dinheiro está indo para a obra sem licitação. Agora, a valorização, falar em dois, falar em dois...

- Apartes simultâneos.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Eu sou o Presidente. Eu estou presidindo a sessão. Eu vou passar a palavra a V.Exa. Eu só vou concluir a minha fala, porque a gente precisa ter a resposta. O que foi apresentado pela Secretária, com todo o respeito, Secretária, não corresponde à verdade da arrecadação dos números da cidade de São Paulo. A pauta da educação é que é legítima, todos os números são legítimos, a saúde. Então, não dá para falar, não dá para falar que a gente não tenha recurso em caixa aqui na cidade de São Paulo. O que não dá, o que não dá é para aceitar 2.16% para o conjunto dos servidores. Então, é essa a questão, é essa a colocação.

Eu vou passar a palavra para a V.Exa., Vereador Fabio Riva, para falar também, para fazer a sua conclusão.

O SR. FABIO RIVA – Obrigado, Sr. Presidente. A minha fala, na verdade, estou contemplado com a fala da Secretária Marcela, eu só estava pedindo, eu já falei em plenário, vocês podem ouvir a minha defesa, eu fui o único vereador que fez a defesa do projeto, conversei com todas as pessoas dos sindicatos, estão aqui os sindicatos que foram me procurar, ouvi atentamente a reivindicação, e todos os projetos dos servidores, Giannazi, a gente pode ter discordância em vários assuntos, mas eu sou daqui dos últimos anos, dialoguei com o Vereador Claudio Fonseca, ouvi a Vereadora Claudete, ouvi a Margarida, o Ernani, as portas do meu gabinete sempre estiveram abertas. Esse é o meu papel aqui na Câmara Municipal. Por isso que aqui, nesta audiência pública, não é a primeira...

- Manifestações do público.

O SR. FABIO RIVA – Eu só gostaria de fazer um raciocínio, porque se a gente não fizer um pouquinho de exercício de memória de um passado recente, é importante a gente sempre lembrar o que existia nesta Casa há 25 anos. Hoje, quando nós fomos lá discutir, e eu ouvi aqui, inclusive algumas pessoas dos sindicatos, a preocupação da educação, principalmente com a questão do subsídio, ouvi atentamente, fui lá conversar com a Secretária, eu acho que aqui a gente começa sempre na inauguração de uma nova discussão. E é muito, mas é muito difícil, é muito difícil. Eu fui assessor aqui muito tempo nesta Casa e participei de vários governos aqui, de Situação, Oposição. Eu sei que há sempre essas reivindicações. Claudete foi Vereadora aqui em 2001. O Claudio, o Giannazi irmão do Celso, foi vereador aqui. Foi expulso do partido porque não defendeu uma bandeira que o partido, quando assumiu o poder, rasgou aquilo que colocava. Eu assisti isso, presenciei. Isso são fatos. E por que eu estou dizendo isso? Porque o governo vem e ele explica as razões. Mas o convencimento, o convencimento é muito diferente. Então, eu só queria mais uma vez dizer que a gente está aberto para o diálogo. Podemos não discordar, discordar de algumas coisas. Avançamos, avançamos em alguns aspectos. Isso eu tenho como comprovar para vocês, não nessas negociações, mas em outras. Que avançaram nos projetos em 2021, em 2022. A Secretária Marcela foi sensível, o prefeito foi sensível, a Câmara foi sensível. Mas hoje, hoje, a gente vem num outro momento e a gente coloca essas razões. Então, presidente Celso, eu acho que a gente sempre tem que partir de a gente sempre encerrar as coisas com as portas sempre abertas. Mas é lógico, cada um pode expor a sua condição, como fizeram ali, a gente não interrompeu. Então, eu só queria deixar esse registro de um governo que é transparente, como foi feito, não se furta de estar aqui presentes. Todas as Secretárias vieram presencialmente, poderiam participar de forma virtual, mas estão aqui, porque a gente quer dialogar com vocês. Então, é assim que nós vamos sempre seguir.

Então, eu só queria encerrar a minha fala e depois V.Exa. passar a palavra ao Secretário Padula, que falará rapidamente, só para a gente manter sempre esse respeito que sempre tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Vereador Fabio Riva. Vereador Fabio Riva, a gente está no debate, essa é uma audiência pública, foram colocados dados. Dados concretos, e a gente tem, e a gente...

Vereador, Vereador, eu estou falando, Vereador, eu vou concluir, vou passar para o Secretário, é importante, é importante, é importante... Foram colocados muitos pontos aqui...

- Apartes simultâneos.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vereador Fabio Riva, foram colocados vários pontos atrelados à Educação. A gente quer ouvir do Secretário Municipal de Educação, Fernando Padula, do que foi colocado, dos pontos de sucateamento da rede municipal. Com a palavra o Sr. Secretário Fernando Padula Novaes.

- Manifestações do público.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Sr. Presidente, o Secretário Padula vai falar, mas antes disso, os dados que eu apresentei aqui são dados públicos. Todas as vezes que o senhor falar que uma mulher ou que uma Secretária faltou com a verdade, o senhor comprove. Porque eu não faltei aqui com a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Os dados estão aí Secretária.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Os dados podem ter discordância, mas com o mesmo respeito que tenho pelo senhor, e reverencio sempre essa Casa, eu peço que o senhor, quando falar qual foi a inverdade, o senhor a cite quando estiver, pelo menos comigo. Faça isso com outros Secretários, não comigo.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Secretária, Secretária, então tem que trazer aqui o Secretário Municipal da Fazenda para falar dos dados da Educação. É desses dados que a gente precisa falar. Esses dados que são trazidos aqui não são verdadeiros.

Com a palavra, o secretário Fernando Padula Novaes.

- Manifestações do público.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Obrigado. Bom, boa tarde. Presidente, primeiro fazer uma consideração. O seguinte, eu passei quatro horas aqui e ouvi a todos.

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 82 DE 91

Enquanto quiserem me ouvir, eu falo. Na hora que não quiserem mais ouvir, eu paro de falar.

Não querem ouvir?

- Manifestações do público.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Bom, vou tentar mais uma vez. (Pausa)

Não querem ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Está com a palavra, Secretário.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Com palavra desse jeito, não dá para falar.

Não tem como. Ou o senhor colocar a ordem, ou não dá para falar, presidente.

O SR. FABIO RIVA – Vamos lá ouvir o Secretário, por favor.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Posso falar de qualquer lugar, mas é importante quererem ouvir. Bom, continuam não querendo ouvir. Vou tentar mais um pouco, Presidente.

Então, eu acho que tem três pontos aqui do projeto 155, objeto desta audiência pública, que eu vou fazer consideração. O primeiro dele é em relação ao Fundeb. Então, os senhores podem verificar, na série histórica, que 100 % do Fundeb na cidade de São Paulo vai para a folha de pagamento. Isso é tranquilamente verificável. Os sindicatos sabem disso, que acompanham e tem comissão de acompanhamento do Fundeb. Portanto, esta é a primeira colocação.

A outra questão. É assim. A gente ouve, aí na hora que vai falar, não quer ouvir.

(Pausa)

- Manifestações do público.

O SR. FABIO RIVA – Presidente, então, quando quiser... Presidente, é assim, olha. O governo quer falar, agora não pode falar. Pode vir, Secretário. De novo. Não pode falar. Entendeu? Desculpa. Desculpa. Mas o pessoal precisa... Vocês falam, conversam com os seus pares. Presidente, presidente, é só pedir um silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – O Secretário está com a palavra.

O SR. FABIO RIVA – O pessoal está vindo aqui. Ajuda o Secretário falar, por favor.

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 83 DE 91

Olha lá, está vendo?

- Manifestações do público.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Bom, continuando, outro aspecto, além do Fundeb, que eu já falei, que é aplicado 100 % em folha de pagamento na cidade, e, em grandes números, o Fundeb representa 6 bilhões e a Folha 10 bilhões, os outros 4 bilhões são complementados com dinheiro do Tesouro Municipal.

Outra questão que foi falada aqui foi com relação a concursos. Não consigo falar de antes de 1º de janeiro de 2021, porque é o período que eu estou Secretário da Educação. Nós chamamos concursados de PEI, de ATE, CP, que é Coordenador Pedagógico, diretor e supervisor.

No caso de PEI, mandamos para esta casa, duas vezes, projetos de lei, criando cargos, ampliando o número de cargos que tinha. E chamamos do concurso de PEI de 2015, porque a pandemia assim permitia. No caso de PEIF e Fund2, nós fizemos novo concurso, semana passada, e essa fizemos a nomeação. O total de 7.700 professores chamados de concurso público. Totalizando, nós chamamos mais de 11 mil concursados neste período. Isto são os fatos que estão aí em relação a concurso público, totalizando os que foram chamados em mais de 11 mil concursados neste período. São esses os fatos em relação a concurso público.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – A outra questão diz respeito aos reajustes. Então, só lembrando, no ano de 2021 não era possível dar nenhum tipo de reajuste porque estava em vigor a Lei Federal 173. Para mudanças na lei federal precisa de uma outra lei federal.

Em 2022, foi feito um reajuste de 5%; depois, em 2023, de outros 5%; e agora são 2,16. Além disso, queria lembrar que, em 2021, o piso salarial na cidade de São Paulo era 3.832,68, sendo que esse piso passou para 5.050; depois, e está em vigor hoje, os 5.339.

- Manifestação do público.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Sim, com abono complementar.

E agora, hoje foi falado...

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 84 DE 91

- Manifestação do público.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Para terminar, hoje se falou dos 2.16 e tem ainda o reajuste no piso, que vai para 5.533, com percentual de reajuste de 3.62, que é o reajuste dado pelo Governo Federal no piso nacional. Obrigado.

- Manifestações do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Eu vou passar a palavra para que vocês façam a questão de ordem...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vocês façam a questão de ordem, porque tem quem pediu, os servidores pediram, para contrapor essa fala do governo para a gente encerrar. Vou passar a palavra... os servidores me pediram... para podermos encerrar.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Já falou, pediram, fez o diálogo...

O SR. FABIO RIVA – Pela ordem, Presidente.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – ...Vereadora Claudete, Vereador sempre Vereador Cláudio Fonseca tiveram questão de ordem, é o regimento da Casa, é praxe dessa Comissão de Saúde. Eles pediram, eles vão falar.

Para encerrar...

- Manifestações simultâneas.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Presidente, a fala do governo... Desculpa, nós já deixamos muito claro...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – O Vereador Riva, só para fazer, teve uma questão de ordem, tem quem pediu, dialogou, fez o diálogo.

O SR. FABIO RIVA – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Teve a fala do Governo, agora ouviremos Claudio e Claudete.

O SR. CLAUDIO FONSECA – São só esses dois, Presidente. Quanto à questão de ordem, solicitada pela Claudete, quando solicitado por mim, referia-se à dinâmica da reunião, no sentido de que pudéssemos ouvir tanto o Secretário de Educação, quanto a Secretária de Gestão para, também nós, apresentarmos os nossos argumentos.

Sem saber exatamente o demonstrativo, o que foi executado, o que se pretende executar, é impossível, até para nós representantes, confrontar com indicadores que foram apresentados.

Então, a questão de ordem foi no sentido de devolver a palavra, para a gente poder, todos falaram, os que falaram, falaram com propriedade, e a maior propriedade dos que conhecem a realidade de cada um dos servidores e sabem, primeiramente, contestando o índice de 2,16 % de reajuste; e com a sua experiência, com a sua vivência no serviço público e das relações que foram estabelecidas, até para reorganizações, reestruturações de quadros, de carreiras e assim por diante, também dizer que não só é insuficiente, como foi dito aqui, que haveria possibilidade de ter tanto o índice de reajustamento maior, quanto também a revisão dos pisos remuneratórios com valores maiores.

A Secretária, em determinado momento, comentou, e isso que nós queremos deixar muito claro, é que foi dito, em algum momento, que os 5% do ano passado correspondia a 500 anos de reajuste de 0,01.

Também sou professor de matemática, não vou dizer que a conta está errada, mas deixar claro que não fomos nós que afirmamos isso em absoluto.

- Manifestação do público.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Até porque nós não concordamos com política de 0,01, nunca concordamos.

A segunda afirmação da Secretária é que os sindicatos da educação não concordam com reajuste linear.

Desde 1843, sempre se defendeu vinculação de receitas para manutenção e desenvolvimento do ensino, e é isso que nós afirmamos. A educação tem verba vinculada. Nem

sempre o índice de reajuste vai coincidir, nem aqui, nem no Governo do Estado, nem em nenhuma prefeitura, com o mesmo índice que é concedido ao geral dos servidores. Isso não quer dizer que nós somos favoráveis a índices inferiores à inflação para qualquer categoria, e não somos daqueles que engordam com o que os outros comem.

Queremos a melhoria das condições de vida, trabalho e remuneração de todos os servidores públicos, que eles sejam valorizados, porque eles são fundamentais e são essenciais.

Mas é só pegar o histórico também, fala-se muito aqui de fazer uma análise histórica, o que aconteceu com a educação no período que vai de 2008 em diante: a remuneração dos profissionais de educação, docentes, gestores, esquadros de apoio, ela teve abonos complementares de piso. Por que foi feito assim? No primeiro momento, aplicou-se o abono, nós nunca renunciamos à tese de incorporação, então a educação teve, sim, reajuste de 37.5% dos padrões de vencimentos, e esse reajuste, no primeiro momento, foi para aumentar o piso remuneratório, que é a primeira referência, o salário inicial de um docente, de um gestor e de um quadro de apoio.

Assim que foi na forma de abono, não porque nós queríamos na forma de abono complementar, mas porque vimos também que era um meio, desde que nós lutássemos para que houvesse incorporação, de assegurar a hegemonia entre ativos e aposentados.

E assim foi feito: aumentamos os pisos em 37,5%, depois conseguimos incorporar em 3 parcelas; depois aumentamos o piso em 33,79 %; e depois conseguimos incorporar em 3 parcelas em 10,19%. Daí tivemos um aumento do piso de 13,43 incorporado, depois 15,38 em 3 parcelas e conseguimos incorporar, assegurando, tanto na tabela de vencimento, a estrutura da tabela de vencimento, com todos os mecanismos de desenvolvimento, evolução, promoção, progressão, que nós defendemos para todos os servidores públicos, incorporou-se 15,38 já no Governo do Haddad, também em 3 parcelas. Até quem contestava o parcelamento, no final adotou essa prática e nós, eu não vou negar, porque seria negar a história, seria negar o processo negocial, que é necessário, e todos eles se deu também através da mobilização dos profissionais de educação, para você conseguir esses índices. Depois vieram 10%: os 7,76%;

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 87 DE 91

os 3,71%; os 3,03; os 5%; de novo 5% e o que aconteceu no último período é que não tivemos a incorporação dos 3 últimos índices que foram aplicados.

Então nós tivemos 5%, que foi o último, para ser justo e correto o último 5% foi linear para todo o funcionalismo público. A educação, ainda assim, teve o aumento dos pisos remuneratórios, docentes e gestores de quadro de apoio, os docentes e gestores 5,74%, os ATS, que foi resultado de um processo de discussão, negociação, para a gente conseguir, inclusive, o valor de compatibilização dos pisos, eles tiveram 30%, mas na forma de abono complementar. E nós continuamos brigando.

Parece que os 39% é um número fantasioso, exagerado, exorbitante, mas, na verdade, ele já corresponde ao valor de complemento para você alcançar o valor do piso. Se não alcançarmos agora, vamos continuar lutando pela incorporação.

A Vereadora Silva diz que foi apresentada pelo sindicato uma proposta de parcelamento. A proposta foi apresentada pelo Sinpeem, por mim, apresentei à Vereadora, porque nossa história é sempre de buscar alternativas para que nós melhoremos a vida e a remuneração de todos os servidores.

Então, se ela lê a emenda, está lá, nos 16% aplica 8% agora em março; aplica 7,4 em maio; a partir daí é discussão, é negociação. É assim que se faz uma negociação, você diz: “Olha, tem uma contraproposta”, mas vocês estão dizendo que só tem de ser 2,16%, tem os argumentos do ponto de vista jurídico, financeiro, não sei o quê, e nós dizemos: “Queremos alcançar os 16%”.

Apresentei 8 mais 7,4 dá 16, é um sobre o outro, não é 15,4, porque é um sobre o outro. E no caso da incorporação da educação, seria uma incoerência na nossa história dizer: “Não, tem de ser 39 % agora”.

Propusemos também, e a Vereadora Silvia está com uma proposta, porque agora o projeto está aqui na Câmara, é lógico que não vai acontecer nada se não tiver também a anuência do Executivo, mas o Legislativo vai exercer seu papel. E apresentamos também incorporação em três parcelas.

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 88 DE 91

Estamos num ano eleitoral que reduz a possibilidade e o tempo do processo negocial, mas o governo pode passar, o prefeito pode passar, mas o governo, o poder público continua. Estamos cobrando do poder público - seja o governo que for - a incorporação dos abonos complementares de pisos. Essa foi nossa história com os Governos: Kassab, Haddad, Dória e, agora, com o Governo Nunes. Acha que é justo haver a incorporação.

Então, para espantar dúvidas, não criar incompatibilidades entre o conjunto do funcionalismo e o conjunto da educação, por que aumenta o piso? Porque a educação tem verba vinculada: 25% dos recursos...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Por favor.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Vou terminar. São 25% decorrentes de receitas, de tributos e transferências legais, são vinculados à manutenção de um aumento do ensino. Isso nesse governo e em qualquer governo, e por isso nós queremos uma incorporação.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Muito obrigado.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Obrigado a todos que estão na luta, e vão continuar a luta em defesa dos salários dos servidores, em defesa dos salários do Kassab.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Cláudio. Por favor, Claudete.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Pessoal, os dois últimos homens que falaram aqui, vocês ficariam em silêncio. Então, eu queria pedir o mesmo respeito. Março ainda não terminou.

- Manifestação do público

A SRA. CLAUDETE ALVES – E aí, quando eu pedi a minha questão de ordem, foi porque, independente - a Marcela sabe que eu sou crica com ela - mas independente disso, ela não conseguiu falar, e precisávamos ouvir, de novo, uma mulher.

Então, precisamos fazer uma lição de casa, porque quando o Padula veio falar, ficou um silêncio sepulcral. E aí, nós não ouvimos.

- Manifestação do público

A SRA. CLAUDETE ALVES – Por favor, você é uma mulher, me ouça, eu estou pedindo a vocês.

Quero dizer que eu fui a primeira a pedir uma questão de ordem, e quando eu a pedi, foi porque ficamos incomodados com uma questão que a Marcela tinha exposto, a qual gerava dúvidas entre nós.

Então, primeiro, queria dizer que o Coeduc, o Sinesp, o Sinpeem e o Sedin, desde o ano passado, apresentaram uma pauta com o tempo do governo para apreciá-la; propusemos por diversas vezes negociações até confortáveis. Colocamos ainda que não éramos contra eles valorizarem e saírem do 0,01 os demais servidores, mas eles não poderiam fazer isso nas costas da educação, devido à carreira que construímos às duras penas. E ela sabe que o que estou falando aqui é verdade.

Todas às vezes, desde o ano passado, que se dizia que: “Se foi confortável 5% para os demais servidores; para a educação não representou avanço nenhum”, porque como o companheiro Cláudio falou, estamos amargando 39%. Estamos é 39% mais pobres.

Sr. Padula, me desculpe, eu sei que vocês têm um time na Secretaria: tem Secretário-Adjunto, tem Secretário-Executivo, mas você nunca sentou conosco para discutir a valorização.

- Manifestação do público

A SRA. CLAUDETE ALVES – E no ano passado, nós vimos - e é legítimo - vocês darem para educadores 15% da rede conveniada. E a educação não ficou com 5%...Ficou com 5% de linear e vocês, apesar da insistência nossa - pois quebramos o pau desde o ano passado, e os sindicatos específicos - vocês não aceitaram discutir a questão específica da educação.

Eu não estou falando mentira e você sabe disso. E achamos esse momento aqui importante e histórico. Achamos inadmissível um Secretário que responde por 82 mil servidores nunca nos atenderem para discutir as nossas questões.

- Manifestação do público

A SRA. CLAUDETE ALVES – É um absurdo. E para concluir, quero dizer que se

alguém plantou discórdia entre os servidores, não foi o Sedin, nem o Sinpeem e não foi o Sinesp. Foi o Governo, que não aceitou respeitar a verba específica da educação, não aceitou respeitar a nossa carreira.

Temos dito, desde que é importante que vocês todos saibam, e quem me conhece sabe, 40 anos, e vou de novo, pela terceira vez, no auge dos meus 64 anos, eu nunca menti para servidor. E aí, o que acontece? Querem romper o curso da história nas costas da educação. Então, é muito fácil dizer que rompe com a política do 0.01 - que é vergonhosa -, mas querendo equiparar diferenças com igualdade.

Temos uma carreira que respeitamos. E o que esse Governo fez? Propôs o subsídio, pois eu conversava com companheiros que estão no subsídio, e eles querem sair do subsídio. E posso provar. O Governo dizia para os sindicatos específicos da educação: “É 2.16, ou é o linear, ou é subsídio”. Porém, nós queremos, e peço autorização para o Cláudio e para a Norma para reiterarem, e Marcela sabe disso: “Subsídio não. A nossa carreira, ninguém bota a mão”.

- Manifestação do público

A SRA. CLAUDETE ALVES – E é verdade algo que você falou, que talvez passou pela incompreensão de uma grande maioria que, pelo barulho, você não pode falar. E nós, em respeito ao tempo político da Casa, ao nosso tempo político, para garantir que possamos ter o nosso reajuste, priorizamos a questão econômica na pauta, mas a educação disse, não foi Marcela? “Nós não abrimos mão de vocês pagarem”.

Riva, nós nos propusemos a discutir parcelamentos, mas não podemos, a Câmara não pode fazer isso com a educação. Porque quando vocês não negociam a incorporação do abono, vocês estão criando as situações para acabar com a carreira. Por fim, hoje restaram apenas três carreiras na Prefeitura de São Paulo: a dos auditores-fiscais, que é a carreira do Presidente da sessão, o Celso Giannazi, e a dos procuradores.

Aliás, procuradores, para quem não sabe, são aqueles que, quando ingressamos contra a Prefeitura no Judiciário e perdemos, aquela verba que vem descontada nos nossos salários, vai para o bolso deles. E a educação? Foi o que sobrou.

REUNIÃO: 20557 DATA: 22/03/2024 FL: 91 DE 91

Ainda assim, temos de resistir, porque o futuro vai mostrar que carreira é carreira, subsídio não!

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado.

Secretária? (Pausa)

Pessoal, vou fazer um apelo aqui, como Presidente dessa comissão, para que o Governo, representado pela Secretária e também pelo Líder do Governo, ouçam, chamem as entidades sindicais para negociar, para rever esse posicionamento, sobretudo do que foi colocado nessa reunião com muita competência. Foi muito bem exposto pelas entidades sindicais, pelos servidores que estiveram presentes. Por favor, chamem as entidades, porque tem condições, tem margem para melhorarmos essa questão.

Devo dizer que havia muito mais inscitos, bem como muito mais a ser discutido, mas pelo horário avançado, precisamos encerrar, o Governo tem compromissos e, por isso, tem de se retirar também.

Dou por encerrada essa audiência pública, mas não sem fazer esse apelo ao Governo, ao Prefeito Ricardo Nunes, ouçam as entidades sindicais representativas dos servidores.

O SR. FABIO RIVA – Obrigado, Celso.

O PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Ouçam as entidades para que façamos a valorização dos servidores públicos municipais, e não os 2.16 que foi colocado.

Está encerrada a audiência pública.